



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
COORDENAÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

ETHIËNNE GUINEVER SANTOS MILHOMEM

**IMPACTO DO ORÇAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE
COLINAS DO TOCANTINS**

PALMAS - TO

2019

ETHIËNNE GUINEVER SANTOS MILHOMEM

**IMPACTO DO ORÇAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE
COLINAS DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão
Pública do Instituto Federal do Tocantins –
Campus Palmas, como exigência à obtenção do
grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Msc. Joseane Ribeiro De
Menezes Granja Junior.

PALMAS - TO

2019

MILHOMEM, Ethienne Guinever Santos.

Impacto Do Orçamento No Desenvolvimento Da Cidade De Colinas Do Tocantins

/ Ethienne Guinever Santos Milhomem – Palmas, 2019. 69 F.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas, 2019.

Orientador: Prof. Msc. Joseane Ribeiro De M. Granja Junior

1. Colinas 2. Despesas 3. Desenvolvimento

1. Orçamento 2. Educação

ETHIÉNNE GUINEVER SANTOS MILHOMEM

**IMPACTO DO ORÇAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE
COLINAS DO TOCANTINS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão
Pública do Instituto Federal do Tocantins –
Campus Palmas, como exigência à obtenção do
grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: ____ / ____ / 2019.

Prof. Msc. Joseane Ribeiro De Menezes Granja Junior
Supervisor do Trabalho de Conclusão de Curso

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Msc. Joseane Ribeiro De Menezes Granja Junior
Presidente e Orientador

Prof. Msc. Leonardo Brasil Carvalho
Membro de Banca Examinadora

Prof. Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão
Membro de Banca Examinadora

A Deus e pessoas, que com bondade, paciência e sabedoria, me deram condições de ir até o final deste trabalho, mesmo com todas as dificuldades encontradas no percurso.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pais: Itamar Milhomem e Mislene Santos; e irmão: Everton Ítallo. Por todo o apoio, ajuda, incentivo e tudo mais.

A Instituição Federal do Tocantins – Campus Palmas, por me proporcionar um ambiente agradável de estudo, com um corpo docente composto por professores qualificados.

Agradeço aos bons professores, que estiveram comigo nessa caminhada, por me ensinaram além de conteúdos programáticos, assuntos cotidianos da prática do curso de gestão pública, por todo o conhecimento repassado por eles, a paciência de alguns e incentivo de outros.

Agradecimento imensamente aos professores Prof. Msc. Edilson Guedes De Almeida e Prof. Msc. Leonardo Brasil Carvalho, banca examinadora, que prontamente aceitaram o convite.

Em especial o meu agradecimento, ao orientador Prof. Msc. Joseane Ribeiro De Menezes Granja Junior, pela paciência, colaboração, por acreditar, por me compreender e principalmente por toda ajuda fornecida nas dificuldades encontradas.

A todos, meu muito obrigada.

“Nas favelas, no senado, sujeira pra todo lado, ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação, que país é esse? No Amazonas, no Araguaia, na Baixada Fluminense, Mato Grosso, Minas Gerais, e no Nordeste tudo em paz, na morte eu descanso, mas o sangue anda solto, manchando os papéis, documentos fiéis, ao descanso do patrão, que país é esse? Terceiro mundo, se for piada no exterior, mas o Brasil vai ficar rico, vamos faturar um milhão, quando vendermos todas as almas, dos nossos índios num leilão, que país é esse? ” (Renato Russo)

RESUMO

Colinas é a 7º maior cidade do Tocantins, seu orçamento é realizado através dos instrumentos orçamentários expressos no art. 165 da CF (PPA, LDO, LOA). O trabalho tem como foco justamente a análise da importância do orçamento para o desenvolvimento da cidade, visando que essa área de conhecimento é distinta do crescimento municipal. Os dados das despesas empenhas foram apanhados no Siconfi Brasil e Compara Brasil, já para fazer a comparação com o desenvolvimento municipal foi necessário recolher informações do Firjan, no Sistema IFDM, todos com a metodologia de procedimento com pesquisa bibliográfica. Para atingir os objetivos se torna necessário a utilização da estatística básica, para correlacionar os dados necessários para o projeto, e ainda o manuseio de ferramentas como o Excel e gretl. Com isso, foi escolhido para analisar e assim fazer a correlação de dados em função do desenvolvimento municipal, as despesas que somadas nos 11 anos tiveram os maiores resultados, assim foi obtido os dispêndios de capital com educação, saúde e urbanismo, nessa ordem, já com gastos correntes foi abordado apenas item ‘pessoal e encargos sociais’.

Palavras-chave: Colinas do Tocantins, orçamento, desenvolvimento.

ABSTRACT

Colinas is the 7° biggest city of the Tocantins, its budget is realized through budget instruments expressed on the Art. 165 of CF (PPA, LDO, LOA). The work focus precisely on the budget's importance for the city's development, aiming that this knowledge area is distinct of the municipal growth. The data of the committed expenses were caught on Siconfi Brasil and Compara Brasil, already to make the comparison with the municipal development, it was necessary to collect information of FIRJAN, on IFDM's system, all with the procedure methodology and bibliographic research. To reach the goals, it becomes necessary the utilization of basic statistics, to correlate the necessary data for the project, and yet the handling of tools like Excel and Gretl. With this, it was chosen to analyze and make the data correlation in function of the municipal development, the summed expenses on the 11 years had the biggest results, this way was obtained the capital expenditures with education, health and urbanism, on this order. With the current expenses, was approached only the 'personal and social charges'.

Keywords: Colinas do Tocantins, Budget, Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Classificação do sistema FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	23
Figura 2: Componentes do IFDM – por área de Desenvolvimento.....	23
Figura 3: Interpretação dos valores de correlação.	27
Figura 4: Brasão de Colinas do Tocantins	30
Figura 5: Rosa dos ventos do município	31
Figura 6: Classificação das receitas quanto a natureza.....	36
Figura 7: Comparativo do ano de vigência do mandato com o do PPA	39
 Quadro 1: Classificação das despesas quanto a forma de ingresso	 35
 Gráfico 1: Detalhamento de cada despesa e suas funções por ano.....	 51
Gráfico 2: Educação, Saúde e Urbanismo	52
Gráfico 3: Representatividade das funções em porcentagem.....	55
Gráfico 4: FIRJAN - Desenvolvimento do Município	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação de precisão do coeficiente de variação	26
Tabela 2: Detalhamento Das Despesas	50
Tabela 3: Detalhamento das despesas em porcentagem	53
Tabela 4: Detalhamento em relação aos gastos com pessoal.....	55
Tabela 5: Urbanismo negativo	56
Tabela 6: Dados gerais do Firjan	57
Tabela 7: Relação do IFDM com as funções orçamentarias	59
Tabela 8: Evolução dos dados com ano base – 2006.....	60
Tabela 9: Estatística em relação as despesas totais.....	61
Tabela 10: Estatística em relação ao IFDM.....	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARO	Antecipação da Receita Orçamentaria
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentarias
LOA	Lei Orçamentaria Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 JUSTIFICATIVA	15
1.2 PROBLEMA.....	16
1.3 OBJETIVO DA PESQUISA.....	16
1.3.1 OBJETIVO GERAL	16
1.3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	17
2. METODOLOGIA, MATERIAIS E MÉTODOS	18
2.1 FINALIDADE DO MÉTODO.....	18
2.2 ABORDAGEM.....	19
2.3 OBJETIVOS DA METODOLOGIA	19
2.4 PROCEDIMENTOS	21
2.5 SISTEMA FIRJAN	22
2.6 ESTATÍSTICA	23
2.6.1 Medidas de Tendência Central - Média	24
2.6.2 Medidas de Dispersão	24
2.6.3 Coeficiente de Correlação.....	26
2.6.4 Coeficiente de Determinação	28
2.7 FERRAMENTA.....	29
3. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	30
3.1 O MUNICÍPIO DE COLINAS DO TOCANTINS.....	30
3.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31
3.3 ORÇAMENTO	33
3.3.1 Conceito de Despesas	35
3.3.2 Instrumentos Orçamentários	36
3.3.3 Tributos	40
3.4 DESENVOLVIMENTO.....	42

3.4.1	Desenvolvimento Regional no Brasil	43
3.5	CRESCIMENTO.....	45
3.5.1	PIB	45
3.6	INFRAESTRUTURA URBANA	47
4.	DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
4.1	DESPESAS BRUTAS.....	49
4.2	DADOS EM PORCENTAGEM	53
4.3	GASTO COM PESSOAL	55
4.4	DESENVOLVIMENTO.....	57
4.5	DADOS ESTATÍSTICOS	60
5.	CONSIDERAÇÕES.....	65
	REFERÊNCIAS	66

1. INTRODUÇÃO

Fundada em 1960, a cidade de Colinas do Tocantins teve um desenvolvimento relativo, por esta localizada as margens da BR-153 (IBGE tocantinense). Pois quando os imigrantes de todas as regiões possíveis passavam pela rodovia viam ali um lugar ótimo para explorar principalmente a agricultura, sendo assim muitos ficaram e construíam suas casas. Como consequência, o povoado foi crescendo e atualmente apresenta pouco mais de trinta mil habitantes de acordo com o último censo (IBGE, 2010).

Para administrar uma cidade como a de Colinas é preciso planejamento, tanto no âmbito administrativo, quanto no orçamentário. Dessa forma, o gestor deve respeitar e cumprir com as leis e princípios da Constituição Federal, essa que vem se alterando com o passar do tempo e ganhando novas ementas, tudo para garantir o bem comum à sociedade. Além disso, para que a população tenha um bem-estar social econômico na expectativa dos moradores, o governante deve manter um bom IDH (índice de desenvolvimento humano).

As receitas e despesas devem estar contidas no orçamento público, ambas estão diretamente ligadas, nos setores da administração direta e indireta. Com a metodologia aplicada no trabalho, vamos descobrir se as despesas e receitas de Colinas estão equiparadas aos investimentos aplicados, a correlação existente entre eles. Os dados serão retirados do Sistema FIRJAN e SICONFI.

Todo orçamento é detalhado em três planos de diferentes níveis: PPA, LDO, LOA. Então para que haja qualquer desenvolvimento, seus programas e ações devem estar contidas no plano estratégico (PPA), portanto são planejados anteriormente. Mas o crescimento econômico, ligado ao aumento do PIB – um dos meios de entrada de recursos em caixa público – não significa que está a ter uma melhoria na cidade.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho tem como público alvo a sociedade de Colinas do Tocantins, para que os mesmos fiquem atentos às despesas que são elaboradas pelo gestor e nas que são executadas, pois ambas podem ser diferentes. Além do mais, a relevância do objeto estudado tem uma probabilidade de ter continuidade ou ser debatido posteriormente por estudantes da área, o que pode ser alcançado com a metodologia efetuada, também pode ser rebatido pelo legislativo, executivo e curiosos.

Outrossim, o trabalho tem como função mostrar a correlação dos dados de investimento na cidade com o que realmente é realizado, aferindo o desenvolvimento do município, sendo esse gasto incluso no orçamento público. Portanto, apuraremos as despesas em investimento, e se quando há um crescimento haverá ou não um maior gasto com a infraestrutura ocasionando o desenvolvimento do município.

Ao saber que no orçamento tem por obrigatoriedade a discricionariedade das despesas, veremos se nos anos em que houve um maior crescimento da receita pública, houve também mais desenvolvimento na cidade. Pois pela lógica, quanto maior crescimento, maior o desenvolvimento na cidade (MELLO e PINEYRUA, 2013). Porém não é todo crescimento que significa as melhorias características de um desenvolvimento, pois pode ocorrer situações não planejadas, em que proporciona um aumento do PIB, mas a realidade expressa é de uma piora na qualidade de vida. Ou o gestor, simplesmente mantém os mesmos gastos.

Portanto, percebe-se que o desenvolvimento não está intimamente ligado ao crescimento, porém só há o primeiro quando tem o segundo. Ou seja, o desenvolvimento vem de aumentos constantes do produto e da renda, mas pode ocorrer crescimento sem gerar um desenvolvimento. Essa é uma área importante estudada no trabalho para se ter um avanço na cidade, é na infraestrutura, pois gera emprego.

Os dados serão recolhidos pelo Siconfi e pelo sistema FIRJAN de desenvolvimento municipal e de gestão fiscal. Os respectivos sites podem se adquirir o orçamento público detalhado e comparado com as despesas se o índice de investimento está elevado ou não, se existe um gasto com a infraestrutura urbana. Se o gestor está investindo em políticas públicas de empregabilidade e assim ter um crescimento econômico (MELLO e PINEYRUA, 2013).

1.2 PROBLEMA

Dado o orçamento público de Colinas do Tocantins, qual a importância das despesas frente aos investimentos no desenvolvimento da cidade?

1.3 OBJETIVO DA PESQUISA

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a influência que os gastos (despesas) geram no desenvolvimento da cidade de Colinas no Período de 2006 a 2016.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

Levantar o orçamento público na cidade nos últimos onze anos;

Investigar em quais áreas ocorreram as maiores despesas correntes e de capital, dentro destes onze anos de 2006 a 2016;

Correlacionar as despesas de capital e correntes com desenvolvimento da cidade nos últimos onze anos.

2. METODOLOGIA, MATERIAIS E MÉTODOS

Antes mesmo de partir para a prática e mostrar os métodos que serão utilizados no trabalho, devemos entender o que de fato é metodologia e qual sua finalidade. Metodologia é derivada de “método” que esta tem origem do latim com significado “caminho ou via para a realização de algo”. Apesar de uma palavra ser derivada da outra, ambas têm funções diferentes, mas que se correlacionam (significados)

- Método – é um processo, como o próprio significado diz, é um caminho, que seria o processo, para se chegar ao fim desejado do pesquisador.
- Metodologia – é uma área da ciência que estuda justamente os métodos. Quais os melhores para determinada área de conhecimento.

A saber, disso então, a metodologia utilizada em um trabalho varia de um para outro de acordo com sua natureza. Mas isso não é congelado, cada área tem seu próprio método, atualmente os estudos nesse campo já estão bem avançados, e acontecem de uma mesma área de ter trabalhos com metodologias e métodos totalmente diferentes.

Resumindo o conceito, uma citação de (GIL, 2006, p.26) “método científico – conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”, isso explica bem método, como foi dito é o procedimento para adquirir conhecimento. A pesquisa, independente do assunto, vai precisar de vários métodos para se chegar ao seu resultado com sucesso. E para descobrir quais os melhores meios e procedimentos a serem realizados, tem-se a metodologia.

Há varias classificações de métodos científicos, no presente trabalho irá se utilizar as seguintes: Finalidade: pesquisa aplicada; Abordagem: qualitativa e quantitativa; Objetivos: descritiva e explicativa; e Procedimentos: pesquisa bibliográfica, documental e estatísticos.

2.1 FINALIDADE DO MÉTODO

Será utilizada no trabalho uma pesquisa aplicada, onde essa tem a probabilidade de usar o estudo na prática, na vida real. A pesquisa não fica apenas na pesquisa bibliográfica ou nos conceitos teóricos, o pesquisador deve apresentar uma solução para o problema abordado no seu trabalho.

A fim de sanar o problema, o pesquisador deve ter uma base teórica consistente, para ter um domínio no conteúdo e elaborar uma proposta de resolução da problemática que seja a melhor possível, que ajuda a melhor ou transformar a situação do seu objeto estudado, e por isso tem o papel de ser usado na pratica (significados).

2.2 ABORDAGEM

Como se nota nos objetivos do projeto, a abordagem de maior relevância será a que proporciona um tratamento com a estatística, onde esse nos permite fazer a correlação dos dados. Mas não termina na correlação, será feito a análise dos resultados. Portanto, a abordagem requer a pesquisa qualitativa (análise dos dados) e quantitativa (estatística – correlação existente entre os dados recolhidos para a pesquisa). Com isso, a seguir uma explicação melhor sobre a abordagem mista (significados).

É uma mistura entre as características da pesquisa qualitativa e quantitativa. Nesse caso, o estudo pode ser dividido em duas partes. A primeira consistindo na recolha de dados e análise estatística destes; e a segunda numa análise subjetiva de determinada problemática.

Abordagem qualitativa é um tipo de pesquisa que trata com maior relevância a interpretação dos dados, por esse motivo, se faz necessário várias fontes de dados para a realização desse estudo como a pesquisa bibliográfica e documental, no caso do presente projeto. Ainda a pesquisa, segundo (SILVA e MENEZES, 2005, pag. 20) traz uma aproximação maior do pesquisador com o objeto pesquisado, por ele próprio ir atrás das teorias, dados e analisar os resultados a partir do próprio estudo.

Porém, a abordagem qualitativa não é muito rigorosa quando se trata de quadros teóricos e hipóteses, a pesquisa não se utiliza de métodos estatísticos com tanta precisão como na quantitativa. Em razão disso, se faz oportuno o uso da abordagem quantitativa, pelo trabalho se tratar de correlação de dados e fazer uso das ferramentas da estatística.

Portanto o método quantitativo, segundo (SILVA e MENEZES, 2005, pag. 20) “significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”, ou seja, a partir do uso da estatística, o autor parte do número descoberto pelos cálculos correlacionados, junto com as teorias estudadas, para a interpretação e análise do resultado exposto em tabelas e gráficos.

No caso, a coleta de dados dos quais serão documentos de sites, esses podem ser quantificáveis e devem ser aplicados em softwares para a providência da correlação e análise. Os softwares utilizados como ferramentas serão o Excel e o Gretl.

2.3 OBJETIVOS DA METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa é também descritiva, por analisar e interpretar os dados. Neste aspecto é preciso ter uma relação entre o pesquisador e o mundo real, não podendo assim ser uma pesquisa fora da realidade. Analisar é a palavra-chave desse método, porém deve se fazer

de forma organizada, para que o leitor possa entender a narrativa. Ainda, todo o trabalho tem uma abordagem intuitiva, pois são as interpretações do pesquisador sobre o referido tema.

O autor busca compreender ao máximo o seu objeto estudado, para que com isso possa interpreta-lo de maneira compreensível e de forma correta, onde os leitores tenham a facilidade de alcançar o ponto de vista do pesquisador, podendo então concordar com o mesmo ou não. Por esse motivo se tem um estudo de descrever, compreender e explicar, segundo (SILVA e MENEZES, 2005, pag. 21).

Um estudo voltado mais para o evento, para o objeto estudado, do que para os próprios conceitos, e a interpretação é encima desse objeto e não da base. Porém, o autor precisa da base para saber interpretar os dados. O pesquisador tenta explicar o porquê daquele fenômeno, sendo assim uma pesquisa imprevisível, pois há a possibilidade de existir várias interpretações do mesmo assunto.

A pesquisa descritiva é descrever as características de determinado fato observado, no caso do presente estudo será o impacto do orçamento no desenvolvimento da cidade de Colinas do Tocantins. Segundo (significados) “Na pesquisa descritiva, cabe ao pesquisador fazer o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência dele [...] é um estudo detalhado”.

Os dados do trabalho serão apanhados por meio do procedimento da pesquisa bibliográfica em sites como o Siconfi e FIRJAN. A relacionar com a citação anterior, devem ser estudados e interpretados pelo pesquisador, e mesmo que haja alguma discordância nos resultados obtidos na análise, não pode haver manipulação nos números principalmente por relacionar a gestão de uma cidade, no interesse de melhorar ou prejudicar.

Ainda sobre a pesquisa descritiva, segundo (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, pag. 35) “as vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados [...] são uma série de informações sobre o que deseja pesquisar”. Portanto, não há muita confiabilidade, pois, os resultados são à base da interpretação do autor, sendo uma crítica por parte do sobre o determinado assunto.

Dessa maneira, por mais que tenha uma rigidez na hora de pegar os dados e não poder manipula-los, há certa insegurança na interpretação desses dados. Em vista disso, volta-se ao pensamento de se ter várias interpretações do mesmo assunto. E ainda, pelo trabalho ser contínuo, por mais que tenha sido concluído de forma equivocada, outra pessoa pode dar prosseguimento na pesquisa, e assim deixando o trabalho mais completo.

A pesquisa explicativa assim como a descritiva, também analisa e interpreta os dados, a diferença consiste em não somente o estudo ser voltado para o objeto mais também para a teoria, como explica em (significados) “a pesquisa explicativa possui uma tendência a relacionar teoria e prática no processo da pesquisa científica”.

Ou seja, a análise e interpretação vêm de uma base teórica relacionado ao assunto estudado, para que com isso evite alguns equívocos, como citados anteriormente. Assim sendo, a base teórica do trabalho está em princípios orçamentários, a própria metodologia do sistema FIRJAN, teoria economia, na cidade de estudado e outros.

A pesquisa também se deve identificar fatores e fenômenos nos resultados encontrados, se esses resultados estão de acordo com a pesquisa ou não. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, pag. 35) “sobre a pesquisa explicativa: este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos”. Essa análise é uma continuação da pesquisa descritiva.

2.4 PROCEDIMENTOS

A pesquisa bibliográfica se dá quando a fonte é secundária, ou seja, se utilizando de um material já publicado. Quando se inicia um trabalho, geralmente a primeira procura do assunto é na internet em páginas de web sites, como em artigos já realizados, sites de empresas, entre outros. A pesquisa pode se ramificar para os livros por exemplo.

Como explica (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, pag. 37) “o objetivo é de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura resposta”. Ou seja, O pesquisador se utiliza dessa pesquisa para reunir informações sobre o tema para realizar o projeto, essas pesquisas ajudar o autor a formar sua base teórica sobre o assunto escolhido, fornecendo a ele uma melhor compreensão para interpretação dos dados.

Pode ter trabalhos realizados somente com o método de procedimento de pesquisa bibliografia, como é o caso deste que está a ser realizado, onde até mesmo os documentos adquiridos são apanhados em sites. Desse modo, a coleta de dados, será realizada pelo sistema FIRJAN de Gestão Fiscal e de Desenvolvimento Municipal e ainda pelo Siconfi, onde ambos há seu próprio método de pesquisa. Porém todos esses documentos obtidos nesses sites faz parte da pesquisa documental.

A pesquisa documental é um avanço da bibliográfica, depois de se adquirir o conhecimento base em livros ou sites, pelas fontes secundária. O pesquisador verá a necessidade, de como buscar seus dados e mesmo que seja na internet, em tabelas ou gráficos,

que é o caso do presente trabalho, os documentos obtidos não podem ter nenhuma análise crítica em cima, somente os números, para que o autor possa fazer a interpretação sem interferência externa. Como explica a citação que Tybel (2018, apud LOPES, 2016):

É possível entender então aqui, a formação da pesquisa documental, visto que ela é um assunto não tão estranho assim, para quem já se consultou sobre pesquisa bibliográfica. A diferença crucial é que na pesquisa documental, ainda não houve um filtro analítico, e os materiais podem sofrer reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa é mais utilizada em abordagens qualitativas, para que o autor possa fazer a análise dos documentos obtidos, dados, lugares, entre outros. Pois, o pesquisador, tem consigo apenas as teorias e conhecimentos adquiridos na pesquisa bibliográfica, tendo assim uma plena interpretação apenas do autor, sem que os documentos já venham com análise de terceiros. Desse modo temos os dados do sistema FIRJAN e Siconfi.

2.5 SISTEMA FIRJAN

Para a obtenção de uma parte dos dados, será utilizado dois sistemas de pesquisa, ambos FIRJAN, porém com metodologias e fonte de elaboração distintas, se trata dos Índices de Gestão Fiscal (IFGF) e Desenvolvimento Municipal (IFDM), respectivamente para obter informações municipais através de indicadores.

O FIRJAN tanto de gestão fiscal como e desenvolvimento municipal, tem um diferencial. O sistema compara os resultados com os outros anos e com outros municípios do estado, montando assim um ranking. Dispõem de tabelas, gráficos, ranking, entre outros, tudo em busca do melhor para o entendimento do pesquisador ou curiosos. Contendo também uma fácil linguagem, adquirindo ao princípio da clareza do orçamento público.

O sistema tem como objetivo administrar como são realizados os gastos arrecadados pelos tributos, e o Siconfi se obtém as receitas e despesas do município com isso obtêm-se os objetivos propostos no trabalho.

Um fato muito importante que deve ser exposto, segundo o próprio site, a cada nova edição os dados dos anos anteriores são recalculados a partir das versões mais recentes dos arquivos “finanças do Brasil” (FINBRA). As alterações podem ocasionar a entrada de novos municípios e/ou alterações de valores corrigidos pelas prefeituras.

No trabalho será utilizado apenas o sistema FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, quanto à metodologia do sistema, os dados são exclusivamente de fonte primária dos Ministérios referentes às áreas abordadas pelo sistema, que são: Emprego e renda; Educação e Saúde. Suas comparações são absolutas com os outros municípios e estados e relativas, tendo

o ranking para identificar e acompanhar a posição e o andamento do município para equiparar com os demais, e ainda se melhorou ou piorou no decorrer dos anos.

Sua classificação para análise dos resultados diferencia um pouco do sistema de Gestão Fiscal (basicamente o que muda é no desenvolvimento moderado, que na Gestão fiscal a cor é verde e no desenvolvimento municipal a cor é azul claro) como podemos ver:

○ municípios com IFDM entre 0 e 0,4	▶ BAIXO desenvolvimento;
○ municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6	▶ desenvolvimento REGULAR ;
○ municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8	▶ desenvolvimento MODERADO ;
○ municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0	▶ ALTO desenvolvimento.

Figura 1: Classificação do sistema FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

Fonte: Retirado do Anexo metodológico, FIRJAN Desenvolvimento Municipal, pag.1.

Em cada componente citada há varias variáveis que são calculadas e que tem certa relevância para o sistema, como indica o quadro abaixo:

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
• Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	• Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental	• Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Figura 2: Componentes do IFDM – por área de Desenvolvimento

Fonte: Retirado do Anexo metodológico, FIRJAN Desenvolvimento Municipal, Pag. 1

2.6 ESTATÍSTICA

Não se deve afirmar que algo depende de outro neste momento do estudo, ou que é independente, pois são apenas sugestões do autor e o trabalho tem como abordagem metodologia a pesquisa quantitativa, onde somente a partir da análise estatística o pesquisador pode interpretar os dados, antes desta o próprio não tem o conhecimento adequado para apontar os resultados que ainda serão obtidos, não tem como identificar.

Os recursos necessários para adquirir essa resposta, tem se com base de estudo da estatística descritiva (descrição sumarização e descrição de um conjunto de dados), que se incluem os principais processos para o trabalho e análise dos resultados, que são a correlação e regressão dos dados. Para começar o estudo da estatística e os cálculos, precisa entender como calcular e o conceito de Variável.

Segundo (ANTÔNIO, 2009, pág. 8): “variável é, convencionalmente, o conjunto de resultados possíveis de um fenômeno”, ou seja, o conjunto de dados da variável “ano” vai correlacionar com o conjunto de dados da variável “educação”, podendo surgir qualquer número, sendo assim algo inconstante, instável, esse resultado é a variável pretendida pelo pesquisador. Portanto as variáveis são possíveis resultados obtidos pela junção de outras variáveis, pois os números são sempre inconstantes.

Portanto para adquirir um resultado, precisa haver as variáveis x (independente) e Y (dependente), torna-se fundamental saber então, quem é a variável independente e dependente do objeto de estudo que no caso é o orçamento do município de Colinas do Tocantins nos anos de 2006 a 2016.

2.6.1 Medidas de Tendência Central - Média

As medidas de tendência central são: média aritmética, mediana e moda. Porém no presente trabalho ira se utilizar apenas a média aritmética. Onde essa tem como principal objetivo tornar mais fácil a interpretação de vários dados, pois de um contexto que pode ter 100 (cem) números pode se reduzir a 1 (um), voltar-se para o centro, segundo (LEVINE, BERENSON e STEPHAN, 2000, pag.119), a ainda se subdivide em muitas áreas.

A mais utilizada dessas medidas no cotidiano é a média aritmética, quando a situação tem o objetivo de somar todos os dados e dividi-los pelo total de números envolvidos, pois assim vai se obter o centro dos números. E ainda vai ser utilizada nos cálculos seguintes da pesquisa para obter o resultado final. A seguir a fórmula:

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i f_i}{\sum_{i=1}^n f_i}$$

2.6.2 Medidas de Dispersão

As medidas de dispersão (variância, o desvio padrão), segundo (LEVINE, BERENSON e STEPHAN, 2000, pag.134) “avaliam o modo como os dados flutuam em torno

da média”, por isso a importância da média aritmética no presente trabalho, pois será utilizada em maioria dos métodos. Em razão disso, essa medida é a mais utilizada, pois é à base de muitos processos estatísticos, além de ser utilizada como foco principal de outros. Então são medidas que se descobre a variabilidade dos dados, a dispersão dos mesmos.

Para isso os cálculos começam na variância que se baseia em torno do quadrado da média aritmética dos desvios. Segundo (LEVINE, BERENSON e STEPHAN, 2000, pag.134) “é aproximadamente a média das diferenças ao quadrado entre uma das observações de um conjunto dos dados e a média aritmética do conjunto”, portanto mostra a distância que os valores estão da média ao quadrado, então precisa ter um conjunto de dados variáveis para formar a média, para depois ter a variância dos mesmos.

Quanto a análise dos resultados segundo (RIBEIRO, 2014) “Quanto maior for a variância, mais distantes da média estarão os valores, e quanto menor for a variância, mais próximos os valores estarão da média”. A seguir a fórmula de variância:

$$\sigma^2 = \frac{\sum (X_i - \mu)^2 f_i}{N}, \text{ onde } \begin{cases} \sigma^2: \text{variância populacional;} \\ X_i: \text{ponto médio de cada classe;} \\ \mu: \text{média populacional;} \\ f_i: \text{frequência absoluta simples;} \\ N: \text{tamanho da população.} \end{cases}$$

Como o próprio nome diz, o resultado do quadrado mostra a dispersão existente em relação à média. Porém ser calculada ao quadrado causa certa camuflagem nos dados, segundo (RIBEIRO, 2014), e para corrigir esse erro que pode vir a ocorrer tem-se o cálculo de desvio padrão, onde simplesmente é a raiz quadrada da variância.

Em algumas situações, apenas o cálculo da variância pode não ser suficiente, pois essa é uma medida de dispersão muito influenciada por valores que estão muito distantes da média, dificultando sua interpretação. Uma alternativa para solucionar esse problema é o **desvio padrão**, outra **medida de dispersão**.

O desvio padrão é a raiz quadrada da variância, sendo calculado pela raiz quadrada o resultado será sempre positivo, onde evidencia o “erro” identificado na tabela de dados agrupados pela soma de: $(x_i - \mu)^2$, sendo μ a média. Quando essa soma é igual a zero o gráfico é reto, positivo ele tende para o lado direito e negativo para o lado esquerdo. A seguir a fórmula do desvio padrão:

$$D.P = \sqrt{var}$$

No coeficiente de variação, é onde se tem uma visão do processo e se está de acordo com as expectativas do modelo, pois nele tem uma classificação. Segundo (MARTINS, 2006, pág. 56) “enquanto a variância e o desvio padrão são medidas absolutas de dispersão, o

coeficiente de variação mede a dispersão relativa”, pois é expresso em porcentagem, mas assim como as anteriores o resultado da dispersão é referente à média aritmética.

Segundo (FERREIRA, 1991) segue a classificação com respeito à precisão.

Tabela 1: Classificação de precisão do coeficiente de variação

Faixa	Precisão	CV
Entre 10% e 15%	Ótimo	Baixo
Entre 15% e 20%	Boa	Médio
Entre 20% e 30%	Regular	Alto
Maior do que 30%	Muito ruim (ou péssimo)	Muito alto

Fonte: Retirado do UFSCAR.

Essa precisão tem a ver com os dados em estudo, se eles estão muito ou pouco dispersos. Em uma pesquisa o ideal é entre: baixo a médio, para se ter confiabilidade. Segundo (LEVINE, BERENSON e STEPHAN, 2000, pag.138) “como uma medida relativa, o coeficiente de variação é particularmente útil quando compararmos a variabilidade de dois ou mais conjuntos de dados que são expressos em diferentes unidades de medida”.

Observe na fórmula a seguir, que o dado pedido para obter o resultado é do desvio padrão, para ter uma maior confiabilidade nos resultados alcançados, pois essa já está com os valores apurados e corrigidos. Pois para tê-lo precisa primeiro da variância, mas não pedia a mesmo, e sim o valor corrigido, como mostra na fórmula a seguir:

$$C.V = \frac{D.P}{\mu} \times 100\%, \text{ onde } \mu: \text{média populacional}$$

2.6.3 Coeficiente de Correlação

O coeficiente de correlação linear ou também chamado de coeficiente de correlação de Pearson (Karl Pearson, 1857-1936), tem como objetivo medir a **intensidade** ou grau de relacionamento linear e a **direção**, Segundo (LEVINE, BERENSON e STEPHAN, 2000, pag.537) “medir o grau de associação entre duas variáveis”, ou seja, o refletir em cima da relação que há entre as variáveis.

Suas direções são associadas pela correlação de X e Y, onde essas dão a resposta de serem positiva, negativa ou nenhuma relação existe entre as variáveis, sendo representadas por uma reta no gráfico. Caso esteja crescente é positiva; decrescente é negativa e uma linha reta, exemplifica que não há uma correlação existente entre as variáveis, pois a medida que X

crece, não existe uma variação de Y. O programa do Gretl proporciona todos esses resultados, sendo adequado para a interpretação dos mesmos tendo como base os estudos teóricos para a análise.

Porém, segundo (MARTINS, 2006, pag.289) “o fato de duas variáveis aumentarem ou diminuírem juntas não implica que uma delas tenha algum efeito direto, ou indireto, sobre a outra. Ambas podem ser influenciadas por outras variáveis de maneira que dê origem a uma forte correlação entre elas”, ou seja, as variáveis podem ser a interferência uma da outra, mas em uma pesquisa pode acontecer de os resultados alcançados não serem o que o pesquisador desejava, e o que explica a situação são os fatores externos aos que se encontram na pesquisa, portanto devem ser pesquisadas essas causas, aprofundadas ou não.

A seguir a formula de Pearson:

$$r = \frac{n \sum (x_i \cdot y_i) - (\sum x_i)(\sum y_i)}{\sqrt{n \sum x_i^2 - (\sum x_i)^2} \cdot \sqrt{n \sum y_i^2 - (\sum y_i)^2}}$$
$$-1 \leq r \leq 1$$

Onde:

r = o coeficiente de Pearson;

n = o número de observações;

xi = variável independente;

yi = variável dependente.

A correlação ‘r’ sempre estará entre um e menos um com a seguinte interpretação:

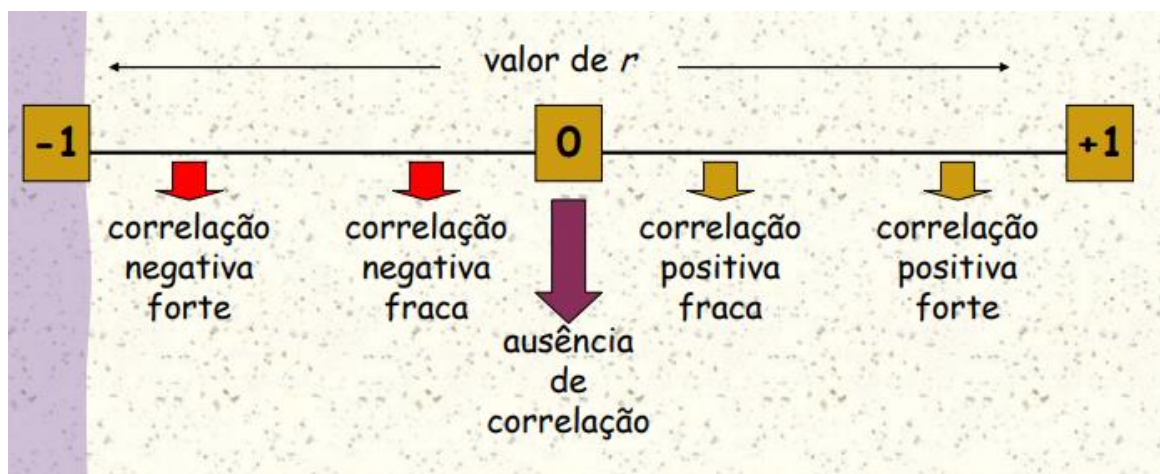


Figura 3: Interpretação dos valores de correlação.

Fonte: Retirado do site da universide Delaware, professor Marcos Portnoi, 16/08/2017.

Já a regressão são os resultados das relações entre as variáveis, que surgem a partir da função de ambas, quando então surge o problema e para solucionar precisa uma função matemática, que é a equação de regressão proporcional.

2.6.4 Coeficiente de Determinação

Coeficiente de determinação (R^2) é uma das formas de avaliar a qualidade do ajuste, que é dado pela equação.

$$R^2 = \frac{SQR}{SQT} = 1 - \frac{SQE}{SQT} = \frac{\hat{\beta}_1 \sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x}) Y_i}{\sum_{i=1}^n (Y_i - \bar{Y})^2},$$

O R^2 é a quantidade de variabilidade dos dados, depende muito do número de observações (n) que tem. Quando essas observações não se repetem dará um ajuste perfeito de R^2 igual a 1 (um) para n observações. Caso tenha algum número repetido, o Coeficiente de determinação nunca será perfeito, irá dar um valor próximo a 1 (um), por causa da variabilidade do ‘erro puro’, que acontece por conta da repetição.

O Coeficiente de determinação ajustado, não muda em relação a números repetidos e também sempre será 1 (um) quando perfeito. Ele é dado pela expressão:

$$R_a^2 = 1 - \left(\frac{n-1}{n-p} \right) (1 - R^2).$$

Neste caso, quanto maior R^2 ajustado, maior a resposta é explicada pela regressora X, o que quer dizer que ele é mais absoluto/preciso quanto a resposta dada do que o R^2 , o valor é mais ajustado para melhor confiabilidade de quem analisa.

Poder de explicação que a variável dependente tem sobre a variável independente, sendo de 0% a 100%. É uma correlação entre as variáveis. Esse valor pode dá muito forte ou muito fraco, na primeira situação os pontos ficam próximos à reta, na segunda situação os pontos ficam distantes da reta, o que explica essa distância são outros fatores que não estão no modelo.

O intervalo de confiança é medido em porcentagem, o pesquisador determina de 90% a 99% o indicador utilizado. Então pela lógica, se 90% do modelo indica a confiabilidade, o restante do valor, ou seja, os outros 10% designa o p-valor, correspondente a probabilidade de erro do modelo.

O p-valor é o complemento do intervalo de confiança, é a probabilidade de não ocorrer. Variação aceitável em torno do resultado, quando esse valor dá muito alto, acima de 20% a 30%, devemos tratar as variáveis (pós-graduando, 2012):

O pesquisador nesse caso está atribuindo aos tratamentos uma diferença que tem grandes chances de ser obra do acaso, de ser um falso-positivo. Neste caso, vale a pena conferir se a variação dos dados não foi muito grande, se o tamanho da amostra foi adequado, se houve algum problema com a metodologia, se delineamento experimental foi adequado, ou se não houve outros fatores além dos tratamentos estudados que influenciaram nos resultados.

2.7 FERRAMENTA

O Excel tem como objetivo organizar os dados e depois de gravados na planilha, o programa tem várias funções básicas que ajuda em cálculos nas áreas da estática, contabilidade e até mesmo na engenharia, pois tem opções de soma, média, entre outros. Essa ferramenta auxilia muitas pessoas no trabalho ou até mesmo no dia a dia para organizar suas finanças. Proporciona ainda gráfico com os dados na planilha realizada e pôr em ordem alfabética.

Como ferramenta será necessário também o manuseio do Gretl, este é mais utilizada para pesquisas econométricas. Segundo (ANDRADE, 2013, pag. 1):

O Gretl possui uma grande variedade de estimadores, baseados em mínimos quadrados, máxima verossimilhança e método gerador de momentos (GMM), sendo que estes podem ser utilizados tanto em modelos de uma única equação quanto em sistemas de equações.

O Gretl será operado apenas na parte onde realizará os cálculos da estatística descritiva, que é a análise e interpretação dos seguintes dados: medida de tendia central (média, mediana e moda) e medidas de dispersões (valores mínimo e máximo, desvio padrão e variância). Além disso, tem o intuito de ajudar em cálculos de correlação, R quadrado, p-valor e tabelas.

Segundo (ANDRADE, 2012, pag. 14) “O software Gretl tem como foco a análise de regressão e de séries temporais, mas tem ferramentas que auxiliam na descrição estatística sumária de variáveis”.

3. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

3.1 O MUNICÍPIO DE COLINAS DO TOCANTINS

Segundo o (IBGE tocaninense, 2005), Colinas foi fundada quando a região ainda pertencia ao estado do Goiás. Seu idealizador foi o prefeito de Tupiratis em 1960 e então ficou sendo Distrito desse município até 1963, quando nesse mesmo ano pela lei estadual nº 4707 Colinas do Goiás foi elevado a Município. Por esta em uma boa localização, as margens da BR-153, facilitou a povoação do município, principalmente por imigrantes do Nordeste que vinham com intenção de trabalhar na agricultura da região. A seguir o Brasão do município, desde 21 de abril de 1960:



Figura 4: Brasão de Colinas do Tocantins

Fonte: Retirado do Site da Prefeitura de Colinas do Tocantins.

Ainda de acordo com o (IBGE tocaninense, 2005), o nome está relacionado pela influência de ter as serras como divisoras das águas do rio Tocantins e Araguaia, e por esta dentro do estado do Goiás. Porém, o município teve uma alteração no nome devido mudar de Estado, assim como outras 13 cidades, como se percebe pelo decreto legislativo estadual nº 1, de 01-01-1989, art. 4º:

Art. 4º. Os Municípios de Miracema do Norte, Paraíso do Norte, Colinas de Goiás, Axixá do Tocantins, Sítio Novo de Goiás, Ponte Alta do Norte, Dois Irmãos de Goiás, Pindorama de Goiás, Conceição do Norte, Itaporã de Goiás, Aliança do Norte, Buriti do Norte, Divinópolis de Goiás, Santa Tereza do Norte passam a se denominar de Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Axixá do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Pindorama do Tocantins, Conceição do Tocantins, Itaporã do Tocantins, Aliança do Tocantins, Buriti do Tocantins, Divinópolis do Tocantins e Santa Tereza do Tocantins.

De acordo com ultimo censo (2010) a cidade apresentava aproximadamente pouco mais de trinta mil habitantes. Conforme (Cidade Brasil), o município tem densidade demográfica de 36,6 habitantes por km²; superfície total da cidade 843,84 km²; tendo uma altitude de 235 metros; sua coordenada demográfica é de Latitude: 8° 3' 23" Sul, Longitude: 48° 28' 38" Oeste.

Ainda em conformidade com o mesmo endereço eletrônico, Colinas tem como vizinhos dos seus limites municipais a cidade de Bandeirantes (35,3 km); Brasilândia (37,1 km) e Nova Olinda (47,2 km). Entre as Capitais fora a do próprio Tocantins, a mais próxima é Belém com distância de 735 km. Quando se trata de aeroporto o que fica mais perto do município é o da cidade de Araguaína (95,8 km). E por fim seu atual prefeito eleito em 2016 com 61,51% dos votos é Adriano Rabelo do PRB.

A seguir a rosa dos ventos com municípios vizinhos do município:

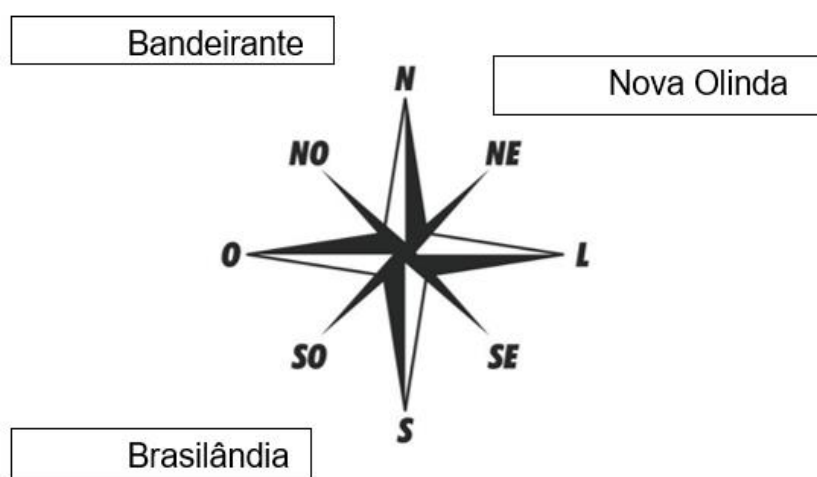


Figura 5: Rosa dos ventos do município

Fonte: Elaboração própria.

3.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É preciso planejamento, tanto no âmbito administrativo quanto orçamentário para organizar uma cidade como a de Colinas. Segundo (CHIAVENATO, 2004), há uma diferença entre as expressões, administração e gestão, de um município. Quando se fala de administração, ela é generalista, tem necessidades (como foi na revolução industrial), os recursos são apenas: bens, pessoas e informação – surgiu para resolver problemas.

Já a Gestão, mais moderna, nasceu com a reforma do estado, gerencial, restrito a uma constituição, seus recursos são: humanos, direito, contábil, sociólogo, economia. Como se percebe a gestão abrange muito mais áreas que a administração.

Com o passar do tempo a administração passou por várias mudanças, fora muitos os conceitos estudados e aplicados para se chegar na atual, todas visando no seu contexto histórico uma boa gestão. A seguir os tópicos das principais teorias (CHIAVENATO, 2004): a) Administração científica; b) Administração clássica; c) Administração neoclássica; d) Teoria das relações humanas; e) Teoria burocrática; f) Administração patrimonialista; g) Administração gerencial.

Então com a atual administração e de acordo com a CF vigente, sua função está em uma execução minuciosa e sistemática do direito público no sentido institucional, funcional e operacional. Percebe-se que o foco está no direito administrativo, a seguir uma citação, que explica melhor esse conceito, de Nascimento (2017, apud PLÁCIDO e SILVA, 2001):

O Direito Administrativo, propriamente, cuida mais principalmente dos serviços de ordem pública e de interesse coletivo, segundo os quais dá execução aos planos de difusão e fomento, estabelecidos pelo poder público, para desenvolvimento e grandeza do Estado.

Portanto, a administração está ligada a execução dos direitos administrativos, sendo assim para execução de qualquer política pública, deve estas obedecer aos direitos administrativos como principalmente atender a coletividade, para que a partir de então tenha um desenvolvimento da região.

Ainda a falar do direito administrativo, existem princípios que o orienta, onde o gestor dentro de um ordenamento jurídico deve seguir as regras estabelecidas. Esses princípios são explícitos e implícitos: no art. 37 da CF, refere-se aos explícitos constituídos por: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Já os princípios implícitos, aceitos pela doutrina e jurisprudência como essenciais a seguir para execução das atividades dos órgãos, são: isonomia; finalidade; supremacia do interesse público; segurança jurídica; proporcionalidade; razoabilidade; continuidade do serviço público; autotutela; e indisponibilidade dos bens públicos.

O princípio da legalidade e publicidade se mantem nas duas vertentes – administração e orçamento público – por se referir que todos os atos de um órgão público, tantos administrativos quanto orçamentários, devem obedecer às leis e ser publicados de forma clara, onde entendam, e de maneira transparente.

No art. 18 da CF, diz que a política administrativa compreende aos três níveis de poderes, como Estado Federalista que é o Brasil - União, estados e municípios. No art. 88 traz a competência de cada um deles. Ainda a descentralização da gestão se dá em administração pública direta e administração indireta.

3.3 ORÇAMENTO

Conforme defendido por (MAIA, 2010), quando se fala da origem do orçamento público, muitos historiadores defendem que seu início se deu no século XIII, no reinado de João sem Terra. O período de mandato deste rei foi bem conturbado, pois o mesmo impôs a sociedade uma política tributária. Porém esses tributos cobrados não tinha um valor fixo, era cada vez mais elevado. O intuito do rei com esta política, era de cobrir as despesas da guerra e proteger suas terras, mas acabou perdendo suas terras na guerra.

Neste contexto, em que o reino sofreu um baque no seu poder, e a sociedade revoltada, João sem Terra foi forçado a assinar a Carta Magna, onde a partir desta limita o poder do rei, principalmente na cobrança de impostos. Ainda, qualquer alteração que o mesmo queira fazer no documento oficial, essa modificação deve ser previamente aprovada por um Conselho de Nobres.

Sobre a cobrança de tributos, foi constituída então no art. 12 da Carta Magna. Detalhando o artigo, e colocando na linguagem dos dias atuais, para uma melhor compreensão, quando se fala que os tributos do reino serão instituídos pelo Conselho Comum, isso traz a concepção do legislativo sobre o executivo. A seguir, o art. 12 da Carta Magna:

Nenhum tributo ou auxílio será instituído no Reino senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios serão razoáveis em seu montante.

Percebe-se no artigo, que não se fala em despesas ou receitas públicas, mas como uma primeira tentativa de se ter controle nas finanças do Rei. Além de demonstrar cuidado com o orçamento do reinado, o artigo já nasce com três exceções.

No Brasil, como explica o professor (MENDES, 2010, pag. 4) “a constituição imperial de 1824 foi a pioneira nas exigências para elaboração de orçamentos formais”, isso se dá pelo contexto histórico da época, onde o país vinha de várias revoltas entre 1720 – 1896. Quando a sociedade estava descontente com as cobranças de impostos, devido não existir uma lei por onde os comandantes poderiam se guiar, para um melhor funcionamento da gestão.

Essas finanças estão ligadas com o orçamento, que esse consiste basicamente em receitas (arrecadação) e despesas (gastos). Onde todos estes têm que está prevista em uma lei orçamentaria, que um processo de ciclo que contem quatro etapas. Como o Estado tem um regime orçamentário misto esses modos se subdividem entre o executivo, onde elabora e executa e legislativo que aprova e controla a lei elaborada pelo chefe do poder executivo. É isso que Carvalheiro Neto (2015, apud BALEEIRO, 2000, pag. 55) explica na seguinte citação de um conceito básico de orçamento público:

O ato pelo qual o Poder Executivo prevê e o Poder Legislativo autoriza, por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do País, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.

Ainda sobre a citação, quando ele fala em “certo período de tempo” se refere aos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA), todos esses conta com um prazo, devem ser renovados ou revisados em determinado período. “Criadas em lei”, quer dizer que para o orçamento ser vigente, ele precisa ser aprovado como lei para sua execução, pelo legislativo.

De acordo com o MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais – (2018), as receitas e despesas devem ser previstas. Mas, para que não tenha um desequilíbrio entre ambas, as receitas são previstas e despesas fixadas de acordo com o MCASP, pois não se pode gastar mais do que se arrecada. Ainda a arrecadação é imprevista, pode ter uma entrada de mais ou menos nos cofres públicos do município.

O balanço orçamentário são valores atualizados que inicialmente são apanhados nos planejamentos, elaborados pelo executivo do município e aprovados pelo legislativo. Os cálculos realizados com o que foi gasto no ano, são feitos com o valor bruto previsto no início do ano com o valor atualizado de receitas arrecadadas e despesas efetuadas, então tem se o resultado orçamentário do período de tempo analisado. A seguir uma citação da última edição do (MDF, 2018), para explicar a previsão no orçamento:

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320, de 31 de março de 1964, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Esse balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, porém de forma mais detalhada: integrará o RREO e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Essas receitas e despesas devem: estar contidas no orçamento público do município, que são documentos oficiais como PPA, LDO e LOA; e respeitar aos princípios do orçamento. O último visa estabelecer regras norteadoras básicas; conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público; e ainda são válidos para os Poderes em todas as esferas.

3.3.1 Conceito de Despesas

O trabalho vai ser exclusivamente a descrição das despesas da cidade de Colinas do Tocantins, mas para isso, precisa-se entender o conceito do termo e suas divisões na esfera orçamentaria e contábil. De acordo com o MCASP “A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”, ou seja, são os gastos previstos ou não nos instrumentos orçamentários. E esta é a primeira classificação das despesas, quanto a forma de ingresso, na sua maioria os gastos devem ser previstos, portanto são classificados como despesas orçamentarias, mas temos os dispêndios extraorçamentárias. No quadro a seguir pode está descrita a diferença de ambas.

Quadro 1: Classificação das despesas quanto a forma de ingresso

DESPESAS	Conceito	Exemplos
Orçamentarias	Assim como as receitas devem esta contidas na lei orçamentarias, como previstas, ou nas de créditos adicionais. Dependem de aprovação do legislativo	Encargos referentes a ARO
Extraorçamentárias	Não estão previstas nas leis. Correspondem as devoluções de recursos transitórios que foram <u>obtidos como receitas.</u> <u>Extraorçamentárias</u> , ou seja, pertencem a terceiros e não aos órgãos públicos.	Resgates de operações ARO; Restituições de cauções; Pagamentos de restos a pagar; Repasse ao credor das consignações em folha; etc.

Fonte: Elaboração própria, de acordo com o MCASP.

As despesas analisadas são orçamentarias. Próxima etapa de classificação é quanto a natureza da despesa por suas categorias de acordo com a Lei 4.320/64 art. 12 e 13, neste temos cinco categorias diferentes em oito dígitos para especificar as despesas. Como podemos ver na figura a seguir:

Figura 6: Classificação das receitas quanto a natureza

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Categoria Econômica	Grupo de Natureza de despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Desdobramento facultativo do elemento (subelemento)			

Fonte: de acordo com o MCASP.

Quanto a categoria econômica se divide em despesas de capital e correntes. Primeiramente a falar dos dispêndios de capital: são aqueles gastos que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Portanto, no que se refere à próxima etapa, ao grupo de natureza das despesas, essa categoria representa os: 4 investimentos, 5. Inversões financeiras, 6. Amortização da dívida. Percebe-se que esses grupos interferem no patrimônio no que diz respeito a formação ou aquisição de algo.

De modo que as despesas correntes: é o contrário da anterior, são despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Portanto, no que se refere à próxima etapa, ao grupo de natureza das despesas, essa categoria representa os: 1. Pessoas e encargos sócias; 2. Juros e encargos da dívida, 3 outras despesas correntes. Essas interferem o patrimônio líquido da cidade, porém não contribui com a formação ou aquisição de algo.

No presente trabalho, foi utilizado as duas categorias econômicas, porém mais especificamente, de acordo com essa classificação da lei 4320/64, foi de melhor compreensão utilizar apenas o grupo por natureza da despesa corrente de pessoal e encargos sociais. Os demais dados foram recolhidos quanto a sua função, que se encontra na classificação for esfera orçamentaria.

Nessa classificação estão especificadas as funções, suas subfunções, os órgãos no qual foi destinada a despesa. No sistema Siconfi ou no Siga Brasil, essas funções estão descritas em 28 despesas diferentes. As áreas estudadas no trabalho vão ser as três em que somadas no período de 2006 a 2016, tiveram os maiores gastos para o município.

3.3.2 Instrumentos Orçamentários

Os instrumentos de planejamento e orçamento estão expressos no art. 165 da CF da seguinte forma: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais”.

Esses instrumentos, são a base para que o Estado tenha ordem nas suas finanças, servem todos para regular o planejamento e orçamento dos entes de acordo com sua competência: união, estados e municípios. Como explica o professor (MENDES, 2010), as leis têm as seguintes características:

Ordinárias (precisa apenas da maioria simples para aprovação, então não se faz necessário um quórum qualificado); Formal (de efeito concreto); Temporário (limitado a um tempo); Especial (possui tratamento legislativo diferenciado e se inicia pelo executivo).

Quando se fala dos princípios orçamentários, esses são ligados somente aos poderes e ainda ao PPA, LDO e especificamente a LOA, são eles: legalidade, publicidade, transparência, orçamento bruto, especificação, equilíbrio, programação, unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, não afetação da receita, proibição de estorno, clareza e quantificação dos critérios orçamentários.

Ambos os princípios, da administração pública como orçamentaria, o gestor deve atender o bem comum da sociedade, e não a pedidos específicos ou ao gosto e ideia que ele acha que é melhor para a cidade.

Explicar cada um dos instrumentos, em pontos importantes e específicos:

a) Plano Plurianual (PPA):

- I. Tem finalidade nas diretrizes, objetivos e metas;
- II. Iniciada pelo executivo (assim como todas as outras);
- III. Tem vigência de quatro anos, iniciada no segundo ano de mandato do gestor e com termino no primeiro ano do mandato do subsequente;
- IV. Planejamento estratégico;
- V. Art. 165, §1º diz que o PPA deve ser de forma regionalizada. Por que só o gestor da sua cidade sabe o que o município está a necessitar;
- VI. Prazos: encaminhamento - até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro. Devolução – até o encerramento da sessão legislativa.

De acordo com o (MCASP, 2017, pag. 72), para se realizar programas e ações, que pode vir a gerar um progresso no desenvolvimento do município, esses devem estar definidos no planejamento estratégico da cidade. Por exemplo, para sanar o problema de determina região, os programas e ações devem contar no PPA, esse por mais que seja estratégico, é regionalizado - fato mencionado no item V. A citação a seguir ressalta isso:

Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos [...] Ou seja, todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, mas cada um estabelecerá seus próprios programas e ações de acordo com a referida Portaria.

É importante saber diferenciar programa de ações, conforme o (MCASP, 2017, pag. 73), programa “são solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade”. E ações “são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa”.

Deve conter tudo nos instrumentos orçamentários, obedecendo assim o princípio da Discriminação; orçamento bruto; exclusividade; universalidade. Especificando assim, para onde vai o dinheiro, o quanto vai ser destinado para cada área, o montante.

Caso não seja especificado de forma clara e ultrapasse o que foi planejado inicialmente, o gestor pode sofrer com pena de crime de responsabilidade. O art. 167 da CF/88 fala sobre o crime: § 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Como mencionado no item III, a figura a seguir mostra que o gestor no seu 1º mandato, executa o plano deixado pelo seu antecessor. Mas nesse mesmo ano, ele elabora suas metas e objetivos, formando o plano para o município, que só vai ser executado por ele no seu 2º mandato. E assim como aconteceu com esse gestor, o seu sucessor fica com o PPA executado por ele, pelo fato do PPA e o mandato serem de quatro anos, e assim sucessivamente.

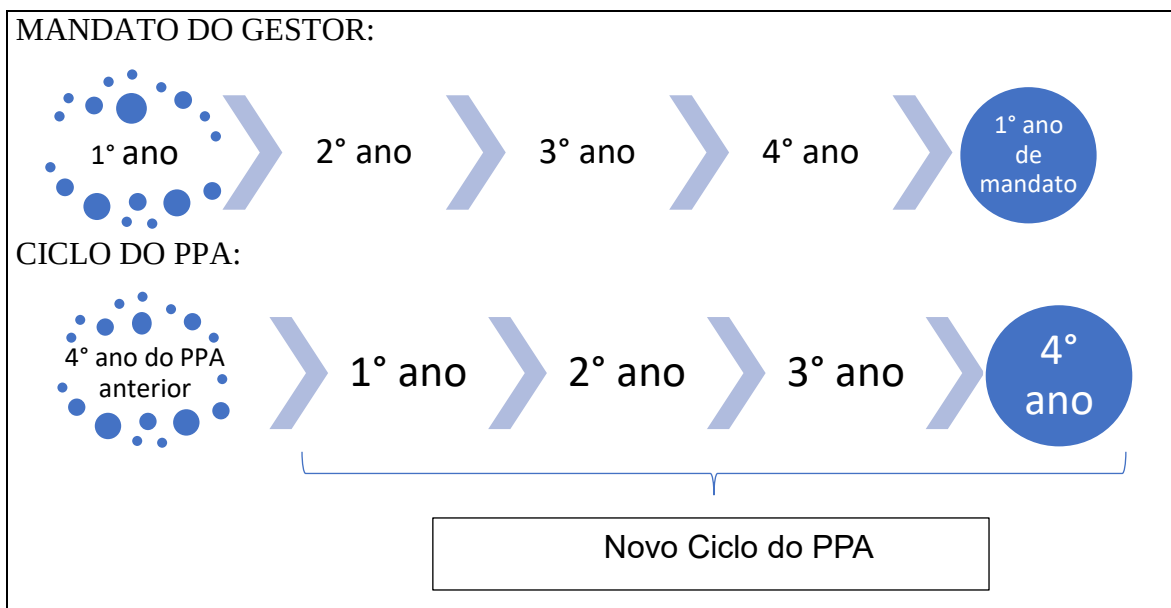


Figura 7: Comparativo do ano de vigência do mandato com o do PPA

Fonte: Elaboração própria.

b) Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO):

- Deve conter as prioridades e metas;
- Vigência de 12 meses – tem função de regular o orçamento do subsequente;
- Planejamento tático
- Prazos: encaminhamento - até oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro. Devolução – até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

c) Lei orçamentaria anual (LOA):

- Planejamento operacional – curto prazo;
- Vigência de um ano;
- Finalidade é o gerenciamento do equilíbrio entre receita e despesas, ser de acordo com a LDO e PPA que estão em vigência;
- Trata-se de uma lei autorizativa, expressa em termos monetários;
- Apresenta algumas informações utilizadas em análises macroeconômicas;
- Prazos: encaminhamento - até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro. Devolução – até o encerramento da sessão legislativa.

A loa se divide em três funções: orçamento fiscal, investimentos (direito a voto) e seguridade social, como explica no art. 165, §5º da CF:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Ainda sobre suas divisões, o orçamento fiscal e de investimentos, tem função de reduzir as desigualdades regionais, como exposto no art. 165, §7º da CF: “Os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional”.

3.3.3 Tributos

Um fato notório na origem do orçamento público, foram os gestores arrumando suas finanças por estar tendo problemas com a arrecadação dos impostos. Desde o início esse item “impostos” já se mantinha muito presente na sociedade, e curioso ou não, junto com o sentimento de insatisfação. Com a organização das finanças, os impostos se tornaram uma espécie de tributo.

Para falar de tributos, primeiro é importante definir o termo, assim como os instrumentos orçamentários, devem ser instituídos em lei e regulados pelo órgão de sua competência. A seguir o conceito de tributo, exposto no art. 3 do CTN (código tributário nacional): “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Segundo (LUCK, 2010), há uma divergência nas definições das espécies de tributo. A Constituição Federal (art. 145) e o CTN (art. 5) são estritos a dizer que se restringe a três categorias: imposto; taxa e contribuições de melhoria. O que vai em contradição com a própria Carta Magna, em seus artigos 148 e 149, onde prevê o empréstimo compulsório e contribuições especiais.

No art. 4 do CTN diz que para poder tributar algo é preciso averiguar o seu fato gerador. Com isso, tem se a teoria pentapartite, onde define como espécies de tributo, os impostos; taxas; contribuições de melhoria; empréstimo compulsório e contribuições especiais. Essa teoria é defendida por Hugo de Brito Machado e adotada pelo STF. Porém, os

empréstimos compulsórios e contribuições especiais se diferenciam das demais por serem autônomas, com natureza jurídica própria, (LUCK, 2010).

O município arrecada da sociedade o IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), ISS (Imposto sobre serviços) e ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens imóveis Inter Vivos). Um dos maiores meios de entrada de dinheiro nos cofres públicos é por intermédio dos impostos, onde o gestor pode investir e então usar para planejar o desenvolvimento da cidade nos locais de maior necessidade do povo.

Para que haja investimentos suficientes em todos os serviços que o Estado garante à população (segurança, saúde, educação, transporte e lazer – instituídos na CF/88 do Brasil) o gestor arrecada impostos diretamente e indiretamente; vinculado e não vinculado.

A explicar a classificação de tributo quanto: vinculado e não vinculado (o único são os impostos). Explicando com um exemplo prático, o dinheiro do IPVA, não necessariamente vai ser usado somente nas estradas ou coisas afins, então não tem vínculo para prestação de serviço, pode ser na educação, saúde, entre outros. Já os vinculados são os demais, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e contribuições especiais a um serviço quantitativo e específico.

Dessa forma, quando classificados em direto e indireto, de maneira que se referem ao contribuinte, esses se diferenciam em modo de quem suporta o ônus do tributo; quem paga. Então o direto, a pessoa paga o seu próprio imposto, como o IR, e o indireto é passado para frente como o ICMS.

Há também a classificação de direto e indireto quando se trata da repartição de receitas tributárias. O contribuinte paga tributos para município em que habita e para o Estado e União, os dois últimos devem realizar um repasse desse recurso, chamado de repartição de receita tributária, são critérios instituídos na CF.

Além dos impostos arrecadados pelo próprio município, ele recebe esses recursos tributários de forma direta e indireta do Estado e União. A cidade tem por direito mais essa “ajuda” dos seus superiores graças à repartição da receita tributária, sendo o que garante isso ao município é o federalismo fiscal. Para explicar essa repartição das receitas tributária de forma direta e indireta, uma citação da (ESAF TO, 2017, pág. 22):

A repartição de receitas tributárias indiretas ocorre quando são formados fundos e essa repartição depende de critérios previstos na Constituição Federal de 1988 (artigos 157, II, 158, II, III e IV e 159, III). A repartição de receitas tributárias diretas se dá quando um percentual do imposto arrecadado pela União ou pelo Estado é repartido entre os entes tributantes, ou seja, não pertence ao ente federado que tem a competência jurídica para instituir o tributo e sim àquele expressamente designado pela Constituição como beneficiário direto de um percentual sobre a arrecadação do tributo.

Com tantos impostos arrecadados de todas as formas possíveis e com valores sempre tão elevados, ainda se obtém municípios em estado precários. A sociedade fica sempre cobrando melhorias em coisas cruciais como: saúde, educação, segurança pública. Quando não se tem esses critérios de uma qualidade no mínimo aceitável, a população já se encontra desconfiada do gestor, por ter na mídia tantos casos de corrupção com o dinheiro público.

Países como o Japão, que atualmente é exemplo para o mundo quando se fala de tecnologia e educação, só começou a desenvolver depois que a sua própria educação mudou. O Brasil em geral só vai para a frente quando também, assim como o Japão mudar sua base, porque a educação da escola é basilar, logo após que os gestores perceberem isso o país e as pessoas irão se desenvolver.

Uma utopia do filósofo e economista Adam Smith, diz que o governante deve garantir a sociedade três fundamentais serviços: Educação, Saúde e Segurança. Mas esses devem ser de ótima qualidade, só que sem intervenção do Estado no comércio, chamado assim o sistema de Estado mínimo. Tendo assim, na visão de Smith uma liberdade comercial entre países sem que ajam tributos, porém isso só seria possível se todos os países se adequassem a esse método, uma coisa que está bem longe de acontecer, pelo simples motivo da competitividade.

Por isso a importância de se estudar como o cenário econômico se comporta diante dos investimentos em infraestrutura urbana e seu reflexo frente os pontos fundamentais de desenvolvimento humano, saúde e educação na cidade estudada. E ainda por em comparação os resultados com IDH, porém como veremos adiante, esse índice não mostra o grau de satisfação das pessoas, mas apenas no desenvolvimento geral das pessoas que ali vivem.

Além disso, o trabalho tem o intuito de relacionar o orçamento da cidade com o PIB, onde esse representa também se o município está crescendo ou fique estagnado, dessa forma pode saber se o gestor tem recursos necessários para investir na sua sociedade, ou fazer pagamentos da dívida, caso tenha. Se por ventura o representante não obtiver crescimento, e está com dívida, suas primeiras medidas na maioria das vezes é corte de gastos e para de investir temporariamente.

3.4 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento são as melhorias que o gestor pode fazer no município, como citado a seguir por (MELLO e PINEYRUA, 2013):

Desenvolvimento significa melhoria da condição social, estrutural ou econômica de determinada população de um município. Traduz-se no progresso de um

determinado povo, onde houve melhorias, tais: saneamento básico, energia elétrica, aumento do poder aquisitivo, melhoria da qualidade de vida, do bem-estar, da qualidade dos serviços de saúde, avanço no nível educação e segurança pública.

A saber, que desenvolvimento é referente às melhorias que o gestor proporciona para a cidade. Assim o IDH (índice de desenvolvimento humano) mede a renda (melhoria da qualidade de vida, do bem-estar, da qualidade dos serviços), educação (avanço no nível educação) e saúde (expectativa de vida).

O IDH ajuda a relacionar se os gastos estão realmente indo para o devido lugar que o gestor se comprometeu, quando elaborou o PPA e os outros instrumentos orçamentários. Se esse índice estiver alto significa que está ótima a renda, educação e saúde daquela região, e que seu representante está realizando o repasse de forma eficiente, gerando assim um progresso no desenvolvimento.

Então, o IDH como já mencionado mede a renda, educação e saúde, são dados importantes de uma população, que para um gestor se esse índice estiver alto está bom, mas pouco se importam os gestores em geral com a felicidade da sociedade e muito menos existe um índice para medir isso, principalmente pelo fato de ser algo tão inconstante do ser humano, (PNUD, 2017).

Para saber se o orçamento da cidade gera um desenvolvimento, precisa estudar a relação dos dois, pois o orçamento entra no crescimento do município, então como já explicado anteriormente, para encontrar essas respostas o estudo se encontra na estatística, correlação nos dados. Portanto, depois da interpretação desses resultados, tem se que o município está em desenvolvimento em relação com orçamento dele arrecadado ou não.

3.4.1 Desenvolvimento Regional no Brasil

Para entender melhor o desenvolvimento que hoje estamos no Brasil, é importante entender esse progresso desde a era colonial. Quando os portugueses descobriram o novo território, a sua intenção era realmente só explorar, pois o país era referência europeia e estava em crescimento, e ainda existia a ganância de ser os primeiros a encontrar uma rota pelos mares para as índias. Então como sua primeira intenção era comércio, não podia deixar esse novo território sem explorar nada, para comercializar, (COSTA, 2016).

E assim os portugueses conseguiram explorar muito da sua nova colônia, mas não se preocupavam com os nativos. E para a comercialização dos produtos que aqui tinham interesse eles comercializavam da África do sul ‘negros’, para os grandes latifundiários que, principalmente nas regiões da Bahia, segundo (COSTA, 2016).

Diferente dos holandeses que apesar de vir para também por interesses comerciais, esses tinham uma preocupação com a cidade/região em que habitavam e com as pessoas, então programaram vários princípios da civilização do seu país de origem. Algo que, nenhum outro povo se manifestou em fazer pela população nativa, (COSTA, 2016).

Então os holandeses trouxeram para Pernambuco, onde eles tinham seus negócios, pintores, intelectuais, gastronômicos, entre outros. E o mais importante segundo (COSTA, 2016, pag. 49) “sua administração ficou marcada pela preocupação com o desenvolvimento dos centros urbanos [...] se tivéssemos continuados os holandeses, certamente nosso destino teria sido outro”.

O motivo de explicar os holandeses quanto ao que eles fizeram em pouco tempo onde eles ficaram, é por terem construídos ruas, estradas, escolas, teatros, hospitais, canais para evitar inundação, segundo (COSTA, 2016). São construções de grande importância, que se importaram em erguer para a população local, coisa que hoje em dia no Brasil que temos, às vezes os gestores não acham de grande importância essas estruturas para a sociedade.

O que nos leva a pensar como o autor em uma esperança já morta, que se os holandeses tivessem ficado e continuado o planejamento deles talvez o Brasil não fosse esse mar de corrupção. E ainda os holandeses foram expulsos do país pelos portugueses por serem judeus, uma intolerância religiosa e uma competitividade entre países deixou o Brasil nas mãos apenas de Portugal segundo (COSTA, 2016).

Tempos depois veio à expansão do café, onde teve uma reorganização das economias regionais, pois cada região tem um tipo de mercado. Por exemplo, na década de 70, houve no Nordeste uma superprodução, o que gerou um crescimento econômico inimaginável, muito maior que a do resto do Brasil, porem houve a transferência de capital das regiões mais desenvolvidas para as menos, segundo (DINIZ e CROCCO, 2006).

Já nos anos 80, houve um abandona dessas políticas de desenvolvimento do Nordeste, o que havia na Amazônia, entre outros, já com os conceitos mais consistentes do neoliberalismo -que consiste na privatização- na década de 90, o presidente FHC desativou as instituições regionais de planejamento e retirou a maior parte dos incentivos fiscais, segundo (DINIZ e CROCCO, 2006).

Como o Brasil é um país de um território muito extenso, algumas regiões falam diferente de outras, porem as mudanças se caracterizam apenas no sotaque, não desigual como o português de Portugal. Segundo (DINIZ e CROCCO, 2006, pag. 44), o país quanto a organização das regiões se tratando da economia:

No sistema capitalista em sua fase contemporânea, é hoje “nacional” e que, portanto, economicamente não há mais “região” do ponto de vista de uma sociedade autossustentável da produção e reprodução capitalista; nem mesmo subsistem formas pré-capitalistas, mas apenas pobreza e graus bastante diferenciados de salários e rendas entre as várias regiões.

Uma comparação que pode ser realizada, os países que contém os maiores PIBs do mundo devido a maior parte deles terem petróleo refinado, os mais ricos são os donos, uma diferença gigantesca com os trabalhadores dessas refinarias. Esses trabalham em condições muitas vezes miseráveis e com salários baixíssimos.

3.5 CRESCIMENTO

A palavra desenvolvimento pode ser confundida com crescimento de um município, segundo (MELLO e PINEYRUA, 2013), “crescimento refere-se ao aumento no volume da arrecadação dos cofres do município, ou até mesmo da força de trabalho e geração de riquezas”, ou seja, está diretamente ligada ao aumento do PIB.

Assim, resumindo crescimento é basicamente o aumento do PIB, a entrada de recursos no município, e desenvolvimento são as melhorias que o gestor pode oferecer como serviço para a sociedade com os recursos obtidos pelo crescimento. Então na teoria quando se tem uma cidade em crescimento, conseqüentemente está em desenvolvimento também. Porém pode ocorrer situações em que há o crescimento, mas não gera desenvolvimento, como explica (MELLO e PINEYRUA, 2013):

Podemos ter crescimento sem desenvolvimento, dependendo apenas da forma como ocorre o planejamento e gestão dos recursos baseados nas necessidades da população. O exemplo de crescimento sem desenvolvimento é a ocorrência de um grande aumento da arrecadação de impostos que não são totalmente investidos em obras de infraestrutura da cidade e na melhoria da qualidade de vida da população. Outros fatores determinantes para o desenvolvimento são a velocidade e a forma de crescimento da cidade.

3.5.1 PIB

Como vimos o crescimento tem uma ligação direta com o aumento do PIB, com a entrada de recursos no município. Sendo o PIB uma medida de valor dos bens e serviços que o país produz num período, na agropecuária, indústria e serviços. Esse não leva em consideração a desigualdade na renda da população da cidade ou União, ou seja, a má distribuição do dinheiro, mas é calculada a riqueza, demanda e renda da região e ambas devem dar o mesmo resultado, (G1 economia).

Com o PIB alto, significa que a cidade ou Estado está tendo um crescimento econômico, o que conseqüentemente gera uma alta empregabilidade, porque novas empresas

abrem e ocorrem contratações, fornecendo uma renda maior, maior circulação do dinheiro no mercado (maior número de pessoas comprando).

O que se sucede dessa abertura de novos empreendimentos é a competitividade, onde os produtos ficam melhores e por menor preço, controlando também a inflação, pois com o aumento da oferta de produtos e serviços, cai o preço e assim ajuda nesse controle, é a lei da oferta e da demanda, segundo o (G1 economia).

Todo esse contexto lembra a teoria de Adam Smith, com sua ideologia de “mão invisível”, onde o mesmo era contra os carteis, a favor da competitividade entre os negociantes, para haja uma oferta e demanda. A diferença se encontra que esse economista defendia a não intervenção do estado na economia, acreditava que a que o comércio, inflação se regulava sozinha, e atualmente se vê a necessidade de uma intervenção do estado, para regulação da inflação.

Porem falando sobre a competitividade, que pode gerar o crescimento de um Estado, segundo (DINIZ e CROCCO, 2006, pág. 35) “A taxa de lucro da economia norte-americana é que regula o movimento da competitividade mundial”, ou seja, os EUA que regula a economia mundialmente falando, e por isso os outros países crescem de forma restrita, eles não têm força militar suficiente ou uma economia forte no país. A citação a seguir confirma o autoritarismo dos EUA e tem o maior PIB mundial, o FED é o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos, segundo o mesmo autor, (DINIZ e CROCCO, 2006, pág. 37):

Qualquer movimento na taxa de juros determinada pelo FED pode desencadear, deter ou estimular entradas e saídas de capitais especulativos nas economias submundiais com conversibilidade total ou parcial; para os mastodontes suas quase incomensuráveis taxas de crescimento são as formas de atração do capital produtivo mundial;

E ao contrário da teoria liberalismo de Adam Smith de Estado mínimo, o neoliberalismo segundo os autores do parágrafo anterior, esconde o Estado máximo, onde esse proporciona as condições institucionais para a elevação da taxa de exploração. Proporcionando que o Estado explore do comércio as empresas, mão de obra.

O que prejudica um PIB de qualidade são infraestruturas de qualidade ruim na cidade, pois a empresa gasta muito para fazer com que seu produto chegue ao consumidor. A instabilidade econômica e política do país influencia nas empresas quererem investir ou não, quando se tem um Estado instável, as grandes Empresas geram uma desconfiança, pois ao mesmo tempo em que está confortável com todas as taxas, o país pode entrar em uma crise, e aumentar a carga tributária, a inflação os juros, o que prejudica o planejamento de um comércio podendo perder muito com isso, (G1 economia).

As empresas também precisam de pessoas qualificadas em vários ramos, e a baixa escolaridade prejudica o andamento de um órgão, sendo a educação obrigação do Estado. E ainda esse último, quando exige muito, há muita burocracia, também prejudica a empresa na sua organização e planejamento, quanto a demanda para os fornecedores ou empregada, segundo (G1 economia).

3.6 INFRAESTRUTURA URBANA

De acordo com o significado da palavra – infraestrutura - está ligada à base de uma construção, a qual deve dar sustentação ao prédio, essa pode ser visível ou invisível, ou seja, tem um enfoque maior na construção civil. Porém, quando o termo muda e se relaciona a cidade de modo geral, como na expressão estudada – infraestrutura urbana – não deixa de ser a base de algo, porém está associada aos serviços públicos, as obras de infraestrutura da cidade, como por exemplo: rede de energia elétrica, rede de saneamento básico, edifícios utilizados para fins públicos, etc.

A infraestrutura urbana é a base para futuros investimentos, isso relacionado à teoria keynesiana. Já visto que o keynesianismo tem por objetivo a intervenção do Estado na economia, ou seja, quando ocorre uma recessão, para recuperar as finanças do país uma das soluções que é muito defendido pela teoria, seria a geração de empregos, de acordo com o site, dicionário financeiro. Portanto, para realizar tal método, um dos meios é por meio do investimento em obras públicas, na infraestrutura da região.

Como explica (Mapa da Obra da empresa Votorantim cimentos), a recuperação da Grande Depressão dos EUA em 1929, se inspirou na teoria keynesiana, e como se percebe na história, com o plano new deal, deu certo o investimento em grandes obras públicas, para o restabelecimento da economia estadunidense, continuando a ser a grande potência mundial – força economia, militar e política.

O investimento em infraestrutura urbana, que se faz principalmente por obras públicas no município, e a inspiração para a aplicação da teoria keynesiana, se dá pelo fato de gerar mais renda, fazendo a economia girar, aumento a arrecadação do País e alavancando/saindo da crise. Esses investimentos não são apenas bem para o Estado, mas também para a sociedade em geral, e para as empresas e órgãos públicos,

Pois quando o estado investe, por exemplo em saneamento básico, reduz os gastos com a saúde, podemos ter menos trabalhadores com licenças médicas, o que prejudica a produtividade do órgão, como explica (Mapa da Obra da empresa Votorantim cimentos).

Para se ter uma estrutura urbana na cidade é preciso investimento, um gasto do dinheiro público. Sendo assim se faz necessário o planejamento do recurso para o determinado meio, especificando assim no orçamento da cidade, independente de qual dos três poderes, é obrigatório, está na lei que é indispensável o planejamento de qualquer obra de infraestrutura ou algum outro investimento.

Portanto é indispensável o estudo de como é calculado os investimentos pelo sistema FIRJAN de gestão fiscal, meio pelo qual onde foi adquirido os dados para o presente estudo.

4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No presente trabalho vai ser apurado a análise do grupo de natureza das despesas tanto nas correntes como nas de capital, mais especificamente o grupo – 1. Pessoal e encargos sociais (despesas correntes – que são aquelas que não afetam ou não contribuem diretamente para a aquisição ou formação de um bem público); e 4. Investimentos (despesas de capital – essas contribuem diretamente).

Para saber mais a fundo quais os investimentos analisados, vai ser utilizado a Classificação por Esfera Orçamentaria, este método separa a despesa por função e subfunções. Como mostra detalhado no portal do Siconfi Brasil e Compara Brasil.

Diferente dos grupos de natureza da despesa, a classificação por esfera classifica por área (exemplo: educação, saúde, segurança, transporte, entre outros), do que por natureza que junta basicamente todos esses em um só grupo de investimentos. Se torna mais fácil para a análise dos dados específicos por área de atuação, pois a pesquisa demanda o que sofreu maior impacto no orçamento público da cidade.

A saber disso, as áreas de atuação no total são 28, de acordo com o sistema do Siconfi Brasil e Compara Brasil, são eles: Legislativo; Judiciário; Essencial a Justiça; Administração; Defesa Nacional; Segurança Pública; Relações Exteriores; Assistência Social; Previdência Social; Trabalho; Cultura; Direitos da Cidadania; Habitação; Saneamento; Gestão Ambiental; Ciência e Tecnologia; Agricultura; Organização Agrária; Indústria; Comércio e Serviços; Comunicações; Energia; Transporte; Desporto e Lazer; e Encargos Especiais.

Então a somar todas as funções, as três mais representativas para as despesas do orçamento público e essas que vão ser analisadas no presente trabalho, sendo assim são respectivamente a Educação, Saúde e Urbanismo. As demais funções vão ser somadas e trabalhadas como “25 outras funções”.

Uma observação importante a ser feita: todos os gastos de 2010 a 2016 analisados, retirados da Siconfi Brasil e Compara Brasil foram confirmados no sistema de transparência do TCE do Estado do Tocantins, porem os dados de 2006 a 2009 não se encontram no site. Além disso, as despesas que vão ser analisados são dispêndios empenhados.

4.1 DESPESAS BRUTAS

De acordo com a tabela 2 a seguir, são os dados encontrados das despesas públicas da cidade de Colinas do Tocantins, dos anos de 2006 a 2016 (11 anos de análise). Tem-se a especificação da Categoria econômica – Despesa de Capital – que se relaciona com o grupo

de natureza dos investimentos, esses detalhados nas funções de Educação; saúde; urbanismo; e ainda a soma das outras 25 funções. Já na categoria de despesas correntes, tem se os gastos com pessoal, essa fica apenas no campo de natureza de despesa.

Tabela 2: Detalhamento Das Despesas

DESPESAS		DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS CORRENTES
ANO	TOTAL DA DESPESA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	URBANISMO	25 OUTRAS FUNÇÕES	GASTO COM PESSOAL
2006	19.884.767,87	6.122.275,65	5.887.023,06	2.230.526,00	5.644.943,16	8.835.368,32
2007	21.072.954,83	6.843.097,00	6.192.689,70	2.625.353,60	5.411.814,53	8.676.679,99
2008	28.604.308,96	5.363.014,57	7.629.249,11	4.961.551,24	10.650.494,04	10.574.864,39
2009	35.952.742,33	9.018.397,13	13.436.410,85	3.588.348,32	9.909.586,03	16.099.232,75
2010	47.523.810,02	8.635.694,98	15.671.202,12	9.068.565,72	14.148.347,20	22.781.679,20
2011	49.427.044,27	8.950.744,25	17.800.296,37	4.732.796,05	17.943.207,60	24.280.447,19
2012	48.962.085,53	11.524.140,77	15.728.166,88	5.120.970,59	16.588.807,29	29.193.734,05
2013	61.944.786,75	12.044.642,71	25.240.955,23	6.299.462,02	18.359.726,79	31.562.126,82
2014	59.354.786,77	11.633.898,33	23.538.675,79	3.418.449,13	20.763.763,52	34.186.297,87
2015	69.167.427,30	13.767.214,70	21.696.453,63	6.120.824,79	27.582.934,18	40.572.312,97
2016	71.327.753,58	20.049.668,57	22.430.304,55	4.501.537,61	24.346.242,85	46.514.387,80
MEDIA	46.656.588,02	10.359.344,42	15.931.947,94	4.788.035,01	15.577.260,65	24.843.375,58
CORRELAÇÃO		0,871766768	0,956249299	0,472968704	0,967991149	0,978564032

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do Siconfi Brasil.

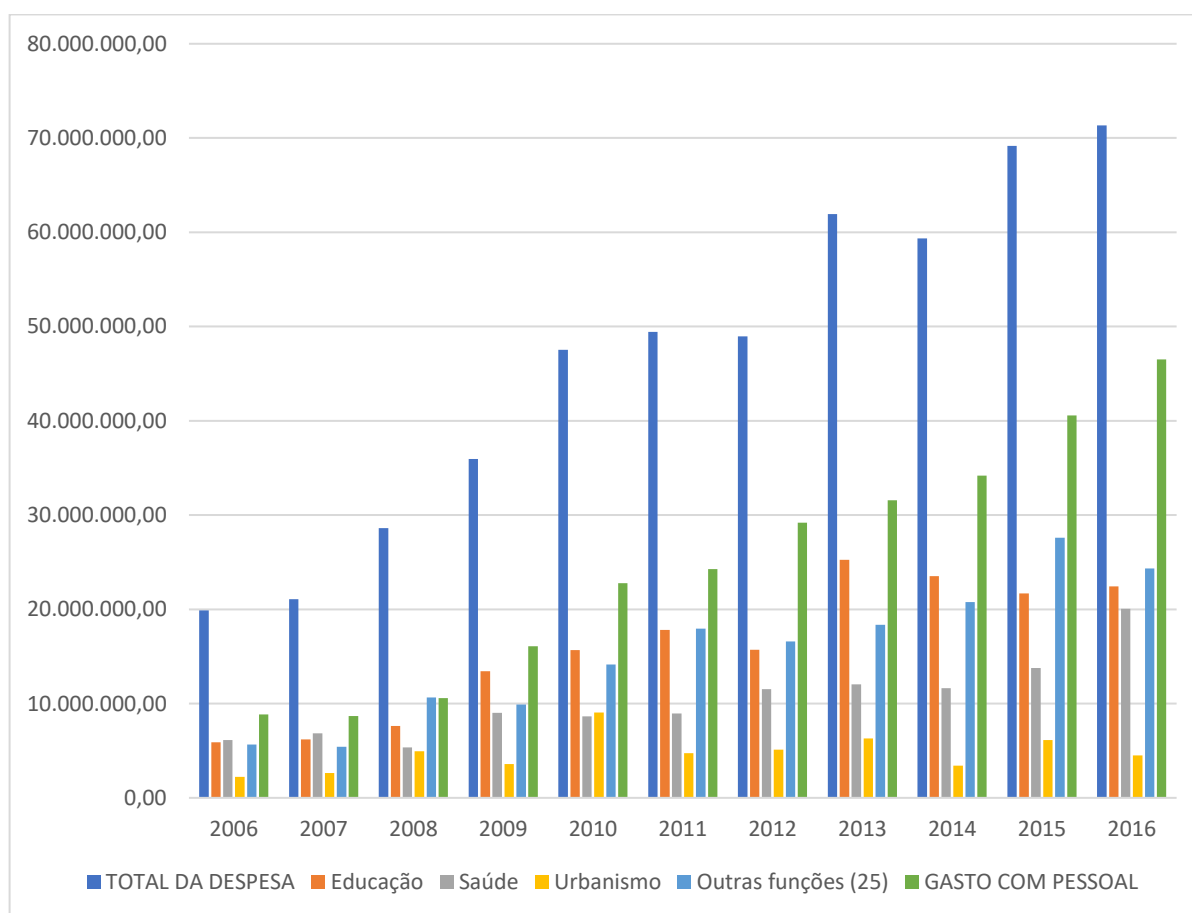
Percebe-se que na tabela 2, já apresenta a média das despesas e a correlação (feita a partir da despesa total e suas demais funções ou natureza). Todos os resultados da correlação foram positivos em relação as despesas totais e relativamente fortes, o que significa que ambas estão relacionadas, ou seja, como gasto com pessoal teve uma correlação de 0,98 maior que as demais áreas, isso quer dizer que este está mais ligado as despesas públicas.

O contrário de urbanismo, com correlação de 0,55, uma relação mediana, mas que comparada com as demais funções é o que expressa uma menor representatividade com os gastos públicos, mesmo assim se torna um gasto considerável, por ser positivo, e ainda está entre os três das somas totais como já explicado.

A seguir temos um gráfico 1 de colunas tirado da tabela 2, representando as despesas totais fixadas nos anos de estudados, em relação com as funções de Educação, saúde, Urbanismo e ainda o gasto com pessoal. Neste gráfico dá para perceber e fazer um ranking, com as funções que menos são investidas em comparação das que mais são investidas, na maioria dos 11 anos estudados.

Visto isso, temos de acordo com o gráfico, que o menor gasto foi com urbanismo (exceto no ano de 2010, que urbanismo teve sua despesa maior que a empenha para a área da saúde). Depois, vem os gastos com saúde, que na maioria dos anos tem os menores gastos (exceto nos dois primeiros anos de análise, que saúde tem os dispêndios maiores que a educação). E o topo de despesas, na Categoria Econômica de Capital, fica na área da Educação, dos 11 anos analisados, a função em questão ficou no topo em 9 desses anos.

Gráfico 1: Detalhamento de cada despesa e suas funções por ano

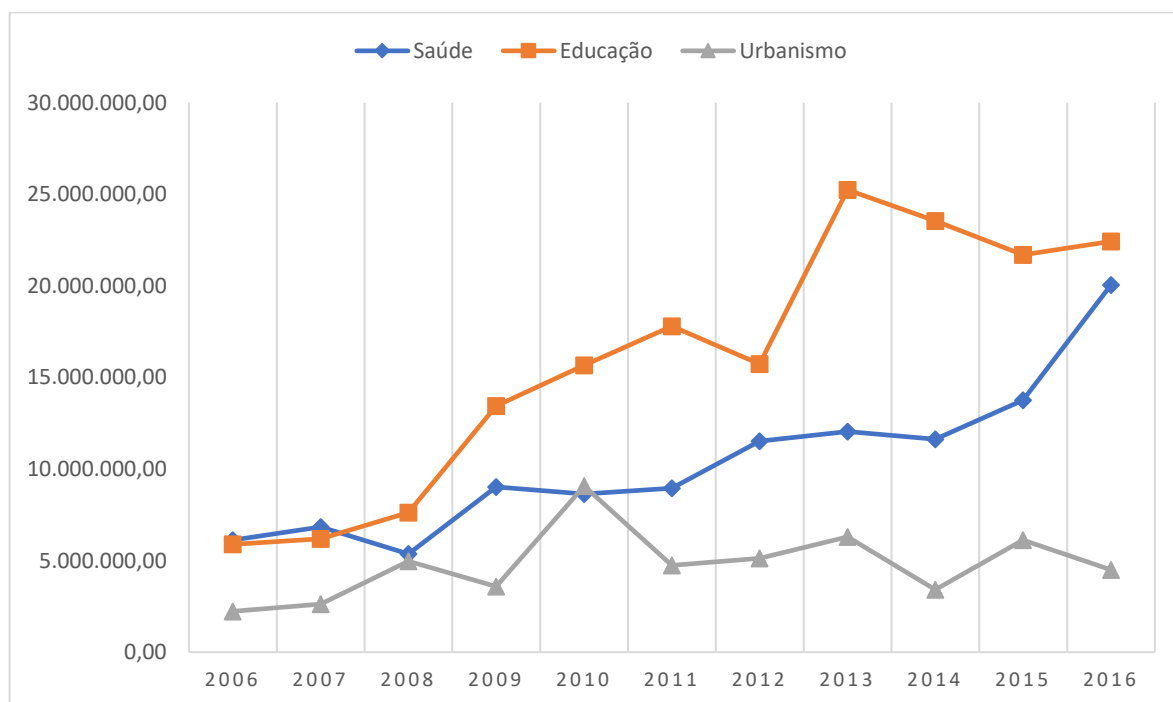


Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do Siconfi Brasil.

O gráfico que melhor ilustra esse baixo recurso no urbanismo, e mesmo altos e baixos dessas funções, é o gráfico de linhas a seguir. Notamos na tabela 2, que mesmo nos

últimos 3 anos as despesas na área da educação caindo a sua correlação continua maior que a da função “saúde”, justifica-se, pois, os dispêndios nesta última área mencionada, sempre foi menor o investimento do que na área da Educação. Podemos notar isso com mais clareza, no gráfico 2, onde mostra somente as funções de Educação, Saúde e Urbanismo.

Gráfico 2: Educação, Saúde e Urbanismo



Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do Siconfi Brasil.

O gráfico 2, indica as quedas dos gastos, quem está crescendo relativamente ao outro. Portanto, como já foi dito, o gasto com educação caiu nos últimos três anos, porem percebe-se que continua a ser a função que retém o maior investimento por parte dos gestores. Nota-se também que saúde só cresce, os dispêndios nesta are quase chega no ponto de educação especificamente no último ano de análise. É interessante observar, que nos primeiros anos de estudo, ambos investimentos citados (educação e saúde) caminham basicamente juntos, apenas depois de 3º ano que os gastos se diferenciam muito.

O urbanismo já esteve em alta na cidade, caminhando em proporção junto com gastos de saúde, como pode se perceber. Mas depois deste pico no 5º ano (2010) de analise, os dispêndios nessa função despencaram no decorrer dos anos. Dessa forma, comparando com as outras duas funções, o urbanismo se torna algo que os gestores estão deixando cada vez mais de lado, de acordo com o orçamento público da cidade.

4.2 DADOS EM PORCENTAGEM

Na tabela a seguir, tem-se a representação das funções em porcentagem, o quanto elas cresceram ou sofreram decréscimo em relação ao ano de referência. Tem como base os valores de brutos empenhados, vistos na tabela 2.

Nesta fica de melhor identificação os melhores e piores índices, ou seja, maiores e menores gastos que o gestor proporcionou a cidade em investimentos nas áreas de enfoque maior do estudo: Educação, Saúde e Urbanismo, além das outras 25 funções, das despesas correntes com pessoal, no período de 11 anos. Podemos observar então na tabela 3, a seguir:

Tabela 3: Detalhamento das despesas em porcentagem

DESPESAS		DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS CORRENTES
ANO	TOTAL DA DESPESA	% Saúde	% Educação	% Urbanismo	25 OUTRAS FUNÇÕES	% Gasto Com Pessoal
2006	19.884.767,87	30,79	29,61	11,22	28,39	44,43
2007	21.072.954,83	32,47	29,39	12,46	25,68	41,17
2008	28.604.308,96	18,75	26,67	17,35	37,23	36,97
2009	35.952.742,33	25,08	37,37	9,98	27,56	44,78
2010	47.523.810,02	18,17	32,98	19,08	29,77	47,94
2011	49.427.044,27	18,11	36,01	9,58	36,30	49,12
2012	48.962.085,53	23,54	32,12	10,46	33,88	59,63
2013	61.944.786,75	19,44	40,75	10,17	29,64	50,95
2014	59.354.786,77	19,60	39,66	5,76	34,98	57,60
2015	69.167.427,30	19,90	31,37	8,85	39,88	58,66
2016	71.327.753,58	28,11	31,45	6,31	34,13	65,21
MEDIA	46.656.588,02	23,09	33,40	11,02	32,50	50,59

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do Compara Brasil.

Em valores relativos não se observa mudança em relação aos valores brutos. Portanto, Educação continua a ser a área em que os gestores mais investiram no período de estudo. Mas como pode-se perceber na tabela 3 que foram muitos os altos e baixos. A despesa no decorrer de todos esses anos, basicamente só cresceu, mas os gastos com suas funções não parecem ter acompanhado essa evolução.

Como calculado na tabela 2, a média em urbanismo, continua a ser a de menor expressão nos cálculos públicos. E educação como já mencionado, dentro das funções

estudadas na classificação por esfera orçamentária, é o que tem maior representatividade para os gastos da cidade.

Em relação as despesas totais de ano de referência, dentro desses 11 anos de análise, como podemos perceber na tabela 3, que a cidade teve o maior gasto com saúde no ano de 2007. Percebe-se que dentro do campo “25 outras funções” os gastos basicamente só aumentaram (menor 2007 - 26% - maior 2015 – 40%).

Em relação ao urbanismo o gestor nos últimos três anos foram seus piores indicadores, ou seja, deixou de investir nessa função se comparado com o orçamento total do último ano com o do primeiro ano de análise. Em educação, seu pico foi em 2013, mas os gastos nesta função continuam a ser os maiores que as demais, por isso a média e correlação é a maior e mais forte respectivamente.

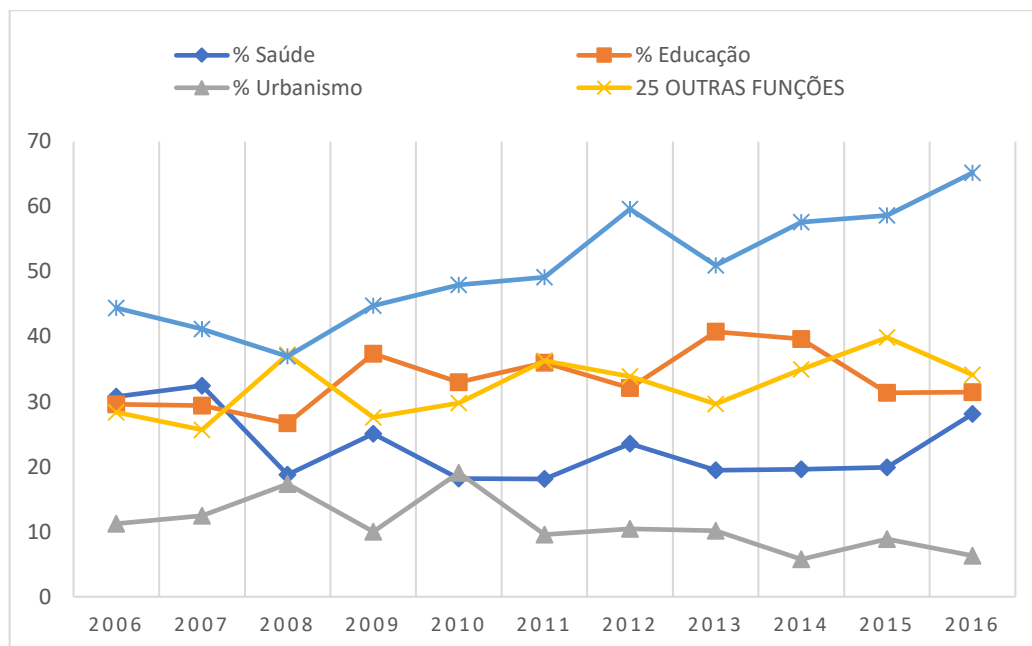
De acordo com as despesas correntes – que não gera impacto no patrimônio público da cidade, este campo os gastos cresceram em conformidade com as despesas totais. Em relação a toda a categoria de dispêndios correntes, que nos estudos representa os gastos com pessoal, a média desses 11 anos expressa pouco mais de 50% dos cofres públicos. Só no ano de 2016, onde teve a maior despesa, teve também o maior gasto nesse campo “65,21%”

É importante também notar a diferença das categorias. As despesas de capital representam 100% em relação aos gastos totais, pois são dispêndios que alteram /integram o patrimônio público, o qual se divide em funções – quando classificados por esfera orçamentária. Já as despesas correntes não alteram o patrimônio público, são os gastos que devem ser realizados para pagar o pessoal, juros e encargos da dívidas, essa área sozinha também representa 100%.

Ainda relacionado a porcentagem, podemos perceber no gráfico 3 a seguir, que as despesas correntes representadas no trabalho apenas pelos gastos com pessoal e encargos sociais sempre esteve acima dos demais dispêndios (classificados como despesas de capital).

As funções analisadas (que são esses gastos abaixo das despesas correntes), pode se observar que os dispêndios com Educação está se entrelaçando com as despesas das “25 outras funções” por todos os anos, esses dois grupos representam as maiores saídas de dinheiro do cofre público da cidade de Colinas. Posteriormente os gastos com Saúde e por fim urbanismo. Fica bem explicito no gráfico essa graduação de despesas.

Gráfico 3: Representatividade das funções em porcentagem



Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do Siconfi Brasil.

4.3 GASTO COM PESSOAL

Como já foi dito anteriormente e explicados nas tabelas e gráficos já expostos, o urbanismo se mostra ser o gasto com menor impacto na cidade. Para mostrar que essa função está realmente em queda nos últimos anos de análise, a seguir na tabela 4 uma correlação dos gastos com pessoal em relação as funções, especialmente urbanismo.

Tabela 4: Detalhamento em relação aos gastos com pessoal

ANO	GASTO COM PESSOAL	Urbanismo	Saúde	Educação	25 Outras funções
2006	8.835.368,32	2.230.526,00	6.122.275,65	5.887.023,06	5.644.943,16
2007	8.676.679,99	2.625.353,60	6.843.097,00	6.192.689,70	5.411.814,53
2008	10.574.864,39	4.961.551,24	5.363.014,57	7.629.249,11	10.650.494,04
2009	16.099.232,75	3.588.348,32	9.018.397,13	13.436.410,85	9.909.586,03
2010	22.781.679,20	9.068.565,72	8.635.694,98	15.671.202,12	14.148.347,20
2011	24.280.447,19	4.732.796,05	8.950.744,25	17.800.296,37	17.943.207,60
2012	29.193.734,05	5.120.970,59	11.524.140,77	15.728.166,88	16.588.807,29
2013	31.562.126,82	6.299.462,02	12.044.642,71	25.240.955,23	18.359.726,79
2014	34.186.297,87	3.418.449,13	11.633.898,33	23.538.675,79	20.763.763,52
2015	40.572.312,97	6.120.824,79	13.767.214,70	21.696.453,63	27.582.934,18
2016	46.514.387,80	4.501.537,61	20.049.668,57	22.430.304,55	24.346.242,85
CORRELAÇÃO		0,356024644	0,936369092	0,904654086	0,957990679

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do Siconfi Brasil.

Nota-se que a correlação de urbanismo é muito fraca, já as demais funções têm uma expressão forte (acima de 0,90). A correlação forte de gasto com pessoal com essas funções deixa a entender que foram contratadas mais pessoas para as determinadas funções (obs.: gasto com pessoal não é apenas gastos com contratação, é também com aposentadoria e outros). Já com urbanismo, sendo uma correlação fraca, tem pouco pessoal a trabalhar nesse campo de atuação.

É interessante observar que se for feito uma correlação de pessoal e urbanismo a partir de 2008, o resultado da negativo, supõe-se então que foi deixado de investir em urbanismo e com o pessoal nessa área. Para que o gestor possa investir mais recursos em funções que a sociedade está mais carente, precisa deixar de aplicar dinheiro em outras funções. Na tabela 5 a seguir podemos perceber então que os gastos com pessoal a partir de 2008 se torna negativo, ou seja a relação de ambas não é muito forte, o investimento na área pode está precário, pois pode não ter pessoal suficiente para atender a demanda na urbanização.

Tabela 5: Urbanismo negativo

ANO	Gasto Com Pessoal	Urbanismo
2006	8.835.368,32	2.230.526,00
2007	8.676.679,99	2.625.353,60
2008	10.574.864,39	4.961.551,24
2009	16.099.232,75	3.588.348,32
2010	22.781.679,20	9.068.565,72
2011	24.280.447,19	4.732.796,05
2012	29.193.734,05	5.120.970,59
2013	31.562.126,82	6.299.462,02
2014	34.186.297,87	3.418.449,13
2015	40.572.312,97	6.120.824,79
2016	46.514.387,80	4.501.537,61
CORRELAÇÃO TOTAL		0,356024644
CORRELAÇÃO A PARTIR DE 2008		-0,026229533

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do Siconfi Brasil.

Portanto, de acordo com a teoria keynesiana, o urbanismo é de extrema importância para a cidade. Nessa área que são investidos a infraestrutura asfáltica, obras públicas, e assim gera emprego ocasionando um crescimento econômico, fazendo com que a moeda gire no

mercado de Colinas e não fique apenas nas mãos de poucos. Mas a realidade do município parece ser o oposto com a correlação negativo entre o gasto de pessoal e urbanismo, significa que a gestão está deixando de gastar com urbanismo, para gastar nas outras áreas.

4.4 DESENVOLVIMENTO

Já foram analisadas as despesas totais, suas funções, o gasto com pessoal, a junção de todas elas, a correlação de ambas, a relação que todas tem com a cidade. Agora vamos analisar essas despesas com o desenvolvimento do município. Para verificar se essas despesas públicas estão a gerar um desenvolvimento em Colinas do Tocantins, foi necessário a utilização dos dados do sistema FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, retirado apenas os dados gerais. Esse sistema calcula a educação, saúde e emprego & renda.

Na tabela a seguir temos os dados gerais da plataforma. Percebe-se que a variação é de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, melhor está o desenvolvimento da região), isso acontece porque o site tem sua própria metodologia de cálculo.

Ao saber os parâmetros de leitura do sistema Firjan de desenvolvimento municipal da sua metodologia de variação dos índices, explanado na metodologia do trabalho (especificamente na página 23). Percebe-se então que Colinas do Tocantins teve uma média nesses 11 anos um desenvolvimento moderado, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 6: Dados gerais do Firjan

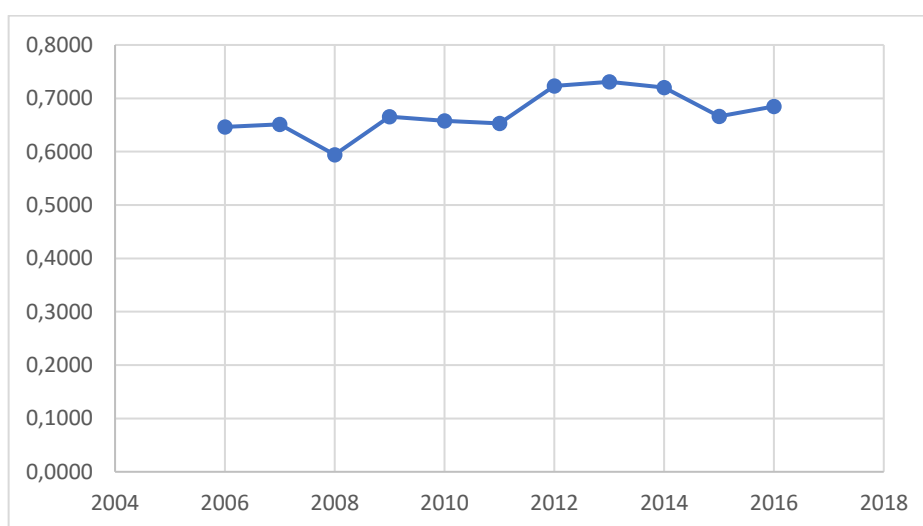
Ano	FIRJAN - Des. Municipal
2006	0,6463
2007	0,6511
2008	0,5943
2009	0,6654
2010	0,6580
2011	0,6528
2012	0,7229
2013	0,7309
2014	0,7202
2015	0,6662
2016	0,6850
MEDIA	0,6721

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do sistema Firjan de Desenvolvimento Municipal.

No decorrer dos anos, com pode ser observado na tabela 6, com representação das cores como o sistema relata, apenas no ano de 2008, a cidade caiu o seu desenvolvimento e ficou na classe regular, todos os demais anos analisados ficou na variação da classe moderada de desenvolvimento. O município não se encontrou nos estágios de “alto ou baixo desenvolvimento”.

No gráfico 4 a seguir, nota-se a evolução do desenvolvimento de Colinas de acordo com o Sistema de IFDM. É observado, como anteriormente, que o ano de menor expressão para o desenvolvimento foi de 2008. Posteriormente, em 2012 há uma alta no índice, a ficar a cima de 0,70 por três anos consecutivos quando há uma queda chegando no final da análise em queda desenvolvimento do município.

Gráfico 4: FIRJAN - Desenvolvimento do Município



Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do sistema Firjan de Desenvolvimento Municipal.

De modo geral, o desenvolvimento de Colinas em relação as demais cidades do Tocantins, levando em consideração em ser a 7º maior cidade do estado, de acordo com o IFDM, não é um dos melhores. A fazer um levantamento do ranking dos melhores índices dos anos analisados, a média final, foi 19º lugar, sabendo que o estado tem 139 municípios, a cidade está bem colocada, mas quando se lembra a seu crescimento populacional, fica a deseja, deve haver investimentos para a população que relativamente é grande para o Estado.

A posição que a cidade melhor sobressaiu das demais, foi juntamente o ano que seu índice de desenvolvimento municipal foi mais alto, em 2013, o índice pode ser observado tanto na tabela 6 como no gráfico 4, a cidade ficou em 5º lugar entre os municípios do

Tocantins. Já o ano em que houve seu pior desempenho em relação as outras regiões, foi em 2008, como também já foi observado acima.

A seguir na tabela 7, uma análise do IFDM em relação as despesas de capital (dentro das suas funções orçamentarias) e as despesas correntes. Veremos como o desenvolvimento se interage em pontos importantes para uma sociedade como educação e saúde, além de buscar sua relação com urbanismo e gasto com pessoal.

Tabela 7: Relação do IFDM com as funções orçamentarias

Ano	FIRJAN - Des. Municipal	Educação	Saúde	Urbanismo	Gasto Com Pessoal
2006	0,6463	5.887.023,06	6.122.275,65	2.230.526,00	8.835.368,32
2007	0,6511	6.192.689,70	6.843.097,00	2.625.353,60	8.676.679,99
2008	0,5943	7.629.249,11	5.363.014,57	4.961.551,24	10.574.864,39
2009	0,6654	13.436.410,85	9.018.397,13	3.588.348,32	16.099.232,75
2010	0,6580	15.671.202,12	8.635.694,98	9.068.565,72	22.781.679,20
2011	0,6528	17.800.296,37	8.950.744,25	4.732.796,05	24.280.447,19
2012	0,7229	15.728.166,88	11.524.140,77	5.120.970,59	29.193.734,05
2013	0,7309	25.240.955,23	12.044.642,71	6.299.462,02	31.562.126,82
2014	0,7202	23.538.675,79	11.633.898,33	3.418.449,13	34.186.297,87
2015	0,6662	21.696.453,63	13.767.214,70	6.120.824,79	40.572.312,97
2016	0,6850	22.430.304,55	20.049.668,57	4.501.537,61	46.514.387,80
CORRELAÇÃO		0,720273089	0,56867891	0,096302196	0,615235334

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do IFDM e Siconfi Brasil.

Verifica-se na tabela 7, que a correlação realizada entre o IFDM e as funções analisadas foram relativamente entre baixas e moderadas. Nas análises anteriores, a correlação feita entre despesas totais e urbanismo, já havia notado a baixa relação, agora quanto ao desenvolvimento, nota-se o baixíssimo resultado entre ambos, quase não há um impacto do urbanismo no desenvolvimento da cidade, pois seu resultado foi 0,09.

Percebe-se nesta tabela quando o gestor gastava mais com as despesas de capital o seu desenvolvimento evoluía, quando os gastos eram retirados para que pudessem ser aplicados nas despesas com pessoal (pois quando uma despesa cai a outra aumenta – ele retirou de uma área para investir em outra) essa atitude se refletia no ano subsequente, onde o desenvolvimento baixava seus índices.

Na tabela 8 a seguir, é uma representação da evolução partindo dos valores totais da tabela anterior 7, para que possamos notar o progresso das despesas e do IFDM, tendo como base o ano de 2006 para esse cálculo. Pode se perceber que a única variável que cresce proporcionalmente em medida temporal, e o gasto com pessoal. Os mais gastos não seguem uma cronologia proporcional evolutiva de despesas em relação aos anos de análise, ou seja, há uma certa variação dos dados (despesas), alto e baixos nesse decorrer de 11 anos.

Tabela 8: Evolução dos dados com ano base – 2006

Ano	FIRJAN - Des. Municipal	Educação	Saúde	Urbanismo	Gasto Com Pessoal
2006	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
2007	1,0074	1,0519	1,1177	1,1770	0,9820
2008	0,9195	1,2959	0,8760	2,2244	1,1969
2009	1,0296	2,2824	1,4730	1,6087	1,8221
2010	1,0181	2,6620	1,4105	4,0657	2,5785
2011	1,0101	3,0236	1,4620	2,1218	2,7481
2012	1,1185	2,6717	1,8823	2,2959	3,3042
2013	1,1309	4,2876	1,9673	2,8242	3,5722
2014	1,1143	3,9984	1,9003	1,5326	3,8693
2015	1,0308	3,6855	2,2487	2,7441	4,5920
2016	1,0599	3,8101	3,2749	2,0182	5,2646

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do IFDM e Siconfi Brasil.

4.5 DADOS ESTATÍSTICOS

Ao utilizar a estatística descrita na metodologia, iremos analisar em primeiro momento os dados relativos às despesas totais, posteriormente os pertencentes ao IFDM, conforme tabelas 9 e 10 respectivamente. O uso dessa ciência matemática especificamente, irá ajudar ver a relação de ambas funções com os gastos públicos, se está gerando um desenvolvimento para a cidade e qual o tamanho desse impacto.

Portanto ao analisar a tabela 9, onde tem a relação das despesas totais com as funções. Temos o coeficiente de variação, onde se mede a dispersão relativa dos dados, se estão muito ou pouco dispersos, com isso tem-se a confiabilidade dos dados.

No caso, o coeficiente de variação de todas as variáveis estudadas na tabela 9 (pois é um cálculo matemático feito isolado, que não precisa se relacionar com outro) deram superior à 30% o que é ruim (como referência na tabela 1, pag. 26) significando que os dados estão muito dispersão, muito afastados da média, um do ou outro em relação aos anos.

Quanto a correlação de dados, onde se mede a grau de associação entre ambos, o quão estão relacionados. Dessa forma, na tabela 9, temos 5 variáveis correlacionadas com despesas totais, delas as funções de Educação, 25 outras funções e gasto com pessoal obtém uma fortíssima correlação, muito próximo de 1, em razão do fator analisado.

A relação de saúde coma variável dependente (despesas totais) é apenas forte, seu valor é um pouco mais distante de 1. E por fim, como já não muito surpreendente, urbanismo, que tem uma baixa relação com o fator principal da análise.

Por último a análise do p-valor, importante para descobrir se os estudos que foram feitos em cima de todos os dados da pesquisa têm confiabilidade. O p-valor é a probabilidade de não ocorrer o evento, ou seja, a probabilidade de erro. Sendo assim, esse resultado não pode ultrapassar 20% a 30%, caso isso ocorra, a variável deve ser tratada com outros procedimentos estatísticos.

Dada essa informação, pode ser observado na tabela 9, que as funções em relação as despesas totais, tem um resultado de p-valor baixíssimos, não ultrapassando então o valor máximo de 30%, a maioria dos resultados obtidos ficou em 0%. Ou seja, os resultados alcançados nessa área são confiáveis para o pesquisador.

Tabela 9: Estatística em relação as despesas totais

ITEM	Despesas Totais	Educação	Saúde	Urbanismo	25 outras funções	Gasto com pessoal
Média	46.656.588,01	15.931.947,94	10.359.344,42	4.788.035,01	15.577.260,65	24.843.375,58
Desvio Padrão	18.264.255,03	7.032.030,36	4.163.781,35	1.927.247,42	7.229.928,70	12.925.269,60
Coeficiente variação	0,391461	0,44137	0,40193	0,40251	0,464134	0,52027
Correlação em relação DESESAS TOTAIS		0,9562493	0,87176677	0,4729687	0,96799115	0,97856403
p-valor		0	0,0005	0,1418	0	0

Fonte: Dados elaborados por Gretl, com planilhas de informações do Siconfi Brasil.

Portanto como resultado geral, em relação as despesas totais. Fica notário, um ranking, onde há um maior gasto – quanto as funções, classificada por esfera orçamentaria – na área da educação, saúde e urbanismo respectivamente. Quando analisado em porcentagem os gastos, percebe-se que os dispêndios com pessoal dispararam – pois é de natureza diferente,

são despesas correntes, que sozinho representa 100% no trabalho – as outras funções ficam mais a baixo, mas continuam nas mesmas posições, com os dispêndios de “25 outras funções” se entrelaçando com os gastos com educação durante os anos analisados.

Assim sendo, esse ranking de maior para menor na estatística básica não mudou em relação a correlação de dados. Já ao coeficiente de variação, item analisado que menos variou de valor durante os 11 anos de estudo, mas mesmo assim continuou alto e ruim segundo a tabela 1 de classificação de precisão da área, foi as despesas totais. E o item que teve uma maior variação foi o gasto com pessoal.

É interessante notar que o item que tem relativamente a menor variação é justamente o que distribui a despesas para as funções. E o que teve maior variação foi o gasto com pessoal, a qual natureza não influencia no patrimônio público da cidade. Dessa forma, os gastos como já foram analisados em tabelas anteriores, aumentaram nessa área (gasto com pessoal), mesmo que a variação com as despesas totais não tenha crescido proporcionalmente, o que significa que há um maior gasto com pessoal no decorrer dos anos desproporcionalmente.

Além disso, o crescimento dos gastos com pessoal deve aumentar em proporção com que as despesas totais também se elevam, e não o contrário como sugerido no último parágrafo.

Na tabela 10 a seguir, esta os dados em relação ao IFDM, portanto foi substituído a coluna onde se localizava o item de despesas totais para colocar os dados gerais do sistema FIRJAN – IFDM. Dessa forma, percebe-se que em relação a coeficiente de variação, todos os resultados os mesmo das funções.

Mas o coeficiente de variação em relação ao índice agora estudado, foi computado pelo gretl uma variação ‘ótima’, o que significa que no decorrer dos 11 anos dados sofreram poucas alterações, isso pode ser confirmado na tabela 6, ode mostra os dados gerais do IFDM, mas esse resultado pode estar relacionado ao método do FIRJAN, pois sua variação de resultados da pesquisa é muito pequena.

O cálculo estatístico mais importante do trabalho está por vir, a correlação entre IFDM e suas funções. Os resultados são muito diferentes nesse campo quando comparado as análises anteriores das despesas totais. Neste aspecto de estudo a área que mais gera impacto no desenvolvimento da cidade são as 25 outras funções com correlação fortíssima, mas dentre as três analisadas a mais expressiva continua a ser Educação e saúde nessa ordem, com uma relação forte.

Já urbanismo, seu impacto no desenvolvimento do município é baixíssimo, quase nulo, com resultado 0,09. Como já foi descrito anteriormente, essa função compara as outras duas, sempre foi a mais baixa nas relações. Quanto as correlações, aos impactos, o urbanismo se tem uma interação maior com as despesas públicas do que com o desenvolvimento. Ou seja, todo o gasto destinado para essa área específica do orçamento não está gerando desenvolvimento, é quase nula seu impacto na cidade como observado na tabela referida.

Um fator que mudou muito nos cálculos estatísticos em razão do IFDM, são os resultados de p-valor. Quase em todas as funções deu um grau de erro, mas dentro da normalidade, apenas a área de urbanismo que ultrapassa o valor máximo estabelecido pela teoria de p-valor deve dar, como foi explicado para o resultado da tabela anterior.

Portanto, com o resultado de p-valor ultrapassando o limite, e especialmente no caso sendo extremamente alto, com 77% de erro do evento, essa variável deve ser tratada e estudada, função de urbanismo retratada na tabela 10. O mesmo deve ser analisado, pois pode ocorrer situações em que o tamanho da amostra recolhida não era o adequado. Ou a explicação para tal fato pode estar fora do modelo analisado, ou seja, são fatores externos aos estudados no trabalho que influenciam diretamente em cima dessa variável.

Tabela 10: Estatística em relação ao IFDM

ITEM	IFDM	Educação	Saúde	Urbanismo	25 outras funções	Gasto com pessoal
Média	0,6721	15.931.947,94	10.359.344,42	4.788.035,01	15.577.260,65	24.843.375,58
Desvio Padrão	0,040409	7.032.030,36	4.163.781,35	1.927.247,42	7.229.928,70	12.925.269,60
Coeficiente variação	0,060123	0,44137	0,40193	0,40251	0,464134	0,52027
Correlação em relação IFDM		0,72027309	0,56867891	0,0963022	0,96799115	0,61523533
p-valor		0,0124	0,0679	0,7782	0	0,0439

Fonte: Dados elaborados por Gretl, com planilhas de informações do Siconfi Brasil e IFDM.

De um modo geral, pode ser perceptível em relação as duas tabelas 9 e 10 que ao longo dos anos, as variáveis se dispersam muito, houve muitas oscilações de todos os campos das despesas, o único item que teve o seu valor na classificação de precisão ‘ótimo’ para a teoria do referido cálculo foi o IFDM.

Quanto a correlação, relacionado ambas as tabelas, podemos perceber que o impacto das despesas em cima das funções é maior do que em relação ao desenvolvimento. O motivo das despesas dar números de correlação altos, é porque os gastos são partidos todos das despesas totais, então descobrimos em quais áreas os gestores no decorrer desses anos mais distribuiu os recursos financeiros do município de colinas, foi com educação, ainda o gasto com pessoal cresceu muitíssimo no período estudado.

Ter uma correlação alta em despesas totais não significa que está gerando desenvolvimento para o município. Um exemplo claro disso, é que a correlação em despesas totais com pessoal é maior do que com educação. Mas já relacionado ao impacto no desenvolvimento, essa relação se inverte, ou seja, educação tem expressividade maior em relação a esse campo do que a gasto com pessoal.

5. CONSIDERAÇÕES

Com base nos dados relativos aos orçamentos dos últimos onze anos de Colinas do Tocantins levantados na pesquisa, e sua correlação com as despesas de capital e correntes, o impacto dos gastos no desenvolvimento da cidade não foram significativos para a ampliação dos serviços públicos prestados no campo do urbanismo aos cidadãos.

Os gastos com pessoal foram determinantes para que os gastos não gerassem o desenvolvimento pretendido pelos gestores. Ficou constatado que este gasto, mesmo aumentando, não refletiu no desenvolvimento da cidade, haja vista, que mesmo aumentando as despesas com pessoal o desenvolvimento não acompanhou o aumento, o que se torna determinante então são as despesas de capital.

Como em muitas cidades do Brasil, Colinas do Tocantins optou por aumentar os gastos com pessoal em detrimento de outros gastos que poderiam elevar sua taxa de desenvolvimento. A correlação dos dispêndios analisados com o desenvolvimento em relação ao urbanismo foi quase nula durante o período pesquisado, sendo este gasto um fato determinante para o aumento de emprego e de renda da população.

Os municípios que optam por aumentar os gastos com pessoal aumentam a concentração de renda em favor dos mais favorecidos não permitindo que as classes sociais menos favorecidas tenham acesso aos serviços públicos essenciais como saúde, educação, moradia e emprego.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Antônio Soares de. **Noções de Econometria**, 2012, Campina Grande, disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/~giacomo/Softwares/GRETL/No%E7%F5es%20de%20Econometria%20com%20Gretl-Carlos%20Andrade.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

Apostila 03 “função social dos tributos” do curso: Disseminadores de educação fiscal da ESAF TO 2017.

ASSIS, Maria Cristina de. Metodologia do trabalho científico. In: Evangelina Maria B. de Faria; Ana Cristina S. Aldrigue. (Org.). Linguagens: usos e reflexões. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, v. II, p. 269-301.

BELDA, Francisco Rolfsen. 2010, disponível em: <https://jornalismoagroeconomico.wordpress.com/2010/09/01/teorias-e-escolas-do-pensamento-economico/>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

CARVALHEIRO NETO, José Rodrigues. A importância do orçamento público. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVIII, n. 143, dez 2015. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16616>. Acesso em ago 2018.

Cidade Brasil, 2016, disponível em: <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-colinas-do-tocantins.html>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

CERVI, Mariana. Pesquisa básica e pesquisa aplicada. Site: galoá jornal, 2017, disponível em: <https://galoa.com.br/blog/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada-o-que-sao-e-suas-importancias>. Acesso em: 9 de outubro de 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro, Editora Campus, sétima edição, 2004.

Colinas do Tocantins, disponível em: <https://www.colinas.to.gov.br/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

Compara Brasil, disponível em: <http://comparabrasil.com/municipios/paginas/modulo1.aspx>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

COSTA, Marcos. **A História Do Brasil Para Quem Tem Pressa**. Rio de Janeiro, 2016, Editora Valentina, 1º edição.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**, 19º Edição atualizada, 2013.

Dicionário financeiro, 2018. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/keynesianismo/>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

DOWNING, Douglas e CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada**, 3º Edição, 2010.

Eleições 2016, disponível em: <https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-prefeito-colinas-do-tocantins-to/>. Acesso em: 02 julho de 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Metodos de Pesquisa; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; 1º edição; 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

GIRARDI, Edson Canal, 2007. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/adam-smith/>. Acesso em 28 de outubro de 2018.

GONÇALVES, Antônio Carlos da Cunha; O orçamento publico brasileiro; 2010; disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14940/o-orcamento-publico-brasileiro>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

IBGE. Conceituação das caraterísticas divulgadas, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>. Acesso em: 02-08-2017.

IDH. O que é o IDH, 2011. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2005. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/colinasdotocantins.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L. e STEPHAN, David. **Estatística: teórica e aplicações**. Livros técnicos e científicos Editora S.A., 2000 Rio de Janeiro.

MAIA, Wagner. História do orçamento público no brasil; São Paulo; 2010. Mapa da obra, disponível em: http://www.mapadaobra.com.br/negocios/entenda-como-e-por-que-obras-de-infraestrutura-podem-ser-uma-saida-para-a-crise/?doing_wp_cron=1537038930.6213159561157226562500. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e aplicada**, 3º edição, editora atlas S.A., 2006, São Paulo

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Publico. 7º edição, 2017.

MDF – Manual demonstrativo fiscal. 8º edição, 2018.

Medidas de Dispersão: Variância e Desvio Padrão, 2014. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/matematica/medidas-dispersao-variancia-desvio-padrao.htm>. Acesso em: 08-07-2017.

MELLO, Giovani Alessandro de e PINEYRUA, Diego Gilberto Ferber. Crescimento ou desenvolvimento de uma cidade, jornal da nova, 2013. Disponível em: <http://www.jornaldanova.com.br/noticia/18487/crescimento-ou-desenvolvimento-de-uma-cidade>. Acesso em: 02 de julho de 2018.

MENDES, Sergio. Orçamento publico, aula 4, 2010. Disponível em <https://pt.slideshare.net/iolardemartini/curso-regular-de-afo-em-exercicios-aula-04>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

NAIME, Laura; CURY, Anay; GASPARIN, Gabriela; CUNHA, Simone; e GLENIA, Fabíola. Entenda o PIB, 2013. disponível em: <http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e-platb/>. Acesso em: 16 de Novembro de 2018.

PAGOTTO, Guilherme. blog. Tributação, 2018, disponível em: <https://www.ospcontabilidade.com.br/blog/a-carga-tributaria-no-brasil-e-no-mundo-comparativo-e-necessidade-de-mudancas/>. Acesso em 05 de Novembro de 2018.

PORTNOI, Marcos. Universide Delaware. Probabilidade e estatística/ correlação e regressão linear; aula 20; 2006. Acesso em: https://www.eecis.udel.edu/~portnoi/classroom/prob_estatistica/2006_1/lecture_slides/aula20.pdf>. Acesso em: 10-08-2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); 2017, disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

RIBEIRO, Amanda Gonçalves. Mundo Educação, 2014. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/variancia-desvio-padrao.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

RODRIGUES, Luiz. blog a critica. 2017, disponível em: <http://blogacritica.blogspot.com/2017/01/estas-sao-as-teorias-economicas.html>. Acesso em 9 de outubro de 2018.

ROUSSEAU, Jean Jacques; **Do Contrato Social**; 1762.

Significados, 2012. Disponível em: <https://www.significados.com.br/metodologia/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

Significados, 2018. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pesquisa-descritiva/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

Significados, 2017. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pesquisa-bibliografica/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

Significados, 2014. Disponível em: <https://www.significados.com.br/infraestrutura/>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

Significados, 2018. Disponível em: <https://www.significados.com.br/tipos-de-pesquisa/>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; 4º edição revisada e atualizada; 2005.

SILVA, Orlando Alves da; **Controle Interno Na Administração Pública:** Orientações técnicas para implementação e operacionalização; JAM JURIDICA editora; 2014.

TYBEL, Douglas. Guia da monografia, 2017. Disponível em: <https://guiadamonografia.com.br/pesquisa-documental/>. Acesso em: 28 de setembro de 2018